

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
Relatório da Administração	
<i>Mensagem da Diretoria</i>	1
<i>Perfil da Empresa</i>	2
<i>Relacionamento com Acionistas</i>	2
<i>Composição Acionária</i>	3
<i>Governança Corporativa</i>	3
<i>Mercado de Energia</i>	3
<i>Comercialização de Energia</i>	4
<i>Desempenho Operacional</i>	4
<i>Investimentos</i>	7
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i>	8
<i>Remuneração aos Acionistas</i>	12
<i>Endividamento (Empréstimos e Financiamentos)</i>	12
<i>Participações Societárias</i>	13
<i>Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007</i>	14
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i>	14
<i>Valor Adicionado</i>	14
<i>Programa de Pesquisa & Desenvolvimento</i>	14
<i>Responsabilidade SocioAmbiental</i>	15
<i>Atuação Voltada para os Empregados (Público interno)</i>	15
<i>Fornecedores</i>	17
<i>Relacionamento com as Comunidades</i>	17
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i>	20
 Demonstrações Contábeis	
<i>Balanço Patrimonial</i>	23
<i>Ativo</i>	23
<i>Passivo</i>	24
<i>Demonstração do Resultado</i>	25
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	26
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa</i>	27
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i>	28
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</i>	29
 <i>Composição dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Direto</i>	80
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	81
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	83

MENSAGEM DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

A Chesf é uma concessionária de serviço público de energia elétrica que contribui para o fornecimento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico do País, atuando como empresa socialmente responsável, na busca por rentabilidade, na preservação dos recursos ambientais e na redução das desigualdades sociais e regionais.

No ano de 2008, a Chesf teve um bom desempenho econômico-financeiro, mantendo-se sólida e lucrativa.

A Empresa buscou uma expansão equilibrada na sua estrutura de negócios, com foco na sustentabilidade empresarial, destacando-se as realizações a seguir:

- Obtenção de expressivo lucro líquido de R\$ 1,437 bilhão.
- Participação no Leilão de Geração 05/2008, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Consórcio formado pela Chesf (20%), Eletrosul (20%), Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S/A (9,9%) e Suez Energy South América Participações Ltda (50,1%), referente à implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com potência de 3.300 MW e energia assegurada total de 1.975,3 MW médios, com investimento da Chesf previsto de R\$ 540 milhões.
- Participação no Leilão de Transmissão 004/2008, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote G, para a implantação da linha de transmissão Eunápolis / Teixeira de Freitas C1 - 230 kV, com respectivos terminais e da subestação Teixeira de Freitas, com investimento previsto de R\$ 57,3 milhões.
- Participação no Leilão de Transmissão 004/2008, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Consórcio formado pela Chesf (19,5%), Eletronorte (30%), ABENGOA (30%) e FIP Brasil Energia (20,5%), obtendo a concessão do Lote C, referente às linhas de transmissão em 500 kV Oriximiná / Itacoatiara C1/C2, com extensão aproximada de 374 km, e Itacoatiara / Cariri C1/C2, com extensão aproximada de 212 km e das subestações Itacoatiara 500/138 kV – 150 MVA e Cariri 500/230 kV – 1.800 MVA, com investimento da Chesf previsto de R\$ 150,1 milhões.
- Participação no Leilão de Transmissão 006/2008, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote G, para a implantação da subestação Suape II 500/230 kV – 600 MVA e da subestação Suape III 230/69 kV – 200 MVA, com investimento previsto de R\$ 188,4 milhões.
- Participação no Leilão de Transmissão 007/2008, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Consórcio formado pela Chesf (24,5%), Furnas (24,5%) e CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (51%), obtendo a concessão dos Lotes D e F, referentes à linha de transmissão Coletora Porto Velho (RO) / Araraquara 2 (SP) – 600 kV, em corrente contínua, com 2.375 km, à estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV com capacidade de 3.150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, e à estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV com capacidade de 2.950 MW, localizada na subestação Araraquara 2, com investimento da Chesf previsto de R\$ 255,7 milhões.
- Aumento, em 1.122 MVA, da capacidade de transformação de energia elétrica no Sistema de Transmissão da Chesf.
- Retomada dos trabalhos para adoção dos procedimentos em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América, nos processos empresariais relevantes da Companhia, visando à Certificação da Eletrobrás.

- Implementação de ações direcionadas à sustentabilidade empresarial, destacando-se a emissão da carta de adesão ao Pacto Global, a criação da Ouvidoria, a revisão do Código de Ética e de Conduta Empresarial, bem como programas de segurança alimentar, saúde, educação, cidadania e geração de emprego e renda, desenvolvidos para comunidades nas diversas regiões de atuação da Companhia.

PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, Sociedade de Economia Mista - Aberta, foi criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945, e constituída na 1^a Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948.

O sistema de geração da Chesf é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. Atualmente, seu parque gerador possui 10.618 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de metros cúbicos d'água e 1 usina térmica bicompostível com 350 MW de potência instalada, que estão relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS:	-	10.268,328
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400
Piloto	São Francisco	2,000
Xingó	São Francisco	3.162,000
Funil	de Contas	30,000
Pedra	de Contas	20,007
Boa Esperança	Parnaíba	237,300
Curemas	Piancó	3,520
Araras	Acaraú	4,000
TERMELÉTRICA:	-	350,000
Camaçari		350,000
TOTAL		10.618,328

O sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, composto por 18.468 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV; 12.537 km de circuitos de transmissão em 230 kV; 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 98 subestações com tensão maior que 69 kV e 729 transformadores em operação, totalizando uma capacidade de transformação de 42.765 MVA, além de 4.907 km de cabos de fibra óptica.

RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, embora tendo suas ações negociadas apenas no mercado de balcão, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações na sua página na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Relações com Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita por meio de atendimento telefônico, correio padrão, presencial e endereçamento eletrônico.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 4.196,3 milhões, é representado por 41.709.653 ações nominativas, divididas em 40.477.564 ações ordinárias e 1.232.089 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,45% pertencem à Eletrobrás, 0,46% ao Ministério da Fazenda, 0,03% ao Finor e 0,06% a outros acionistas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é constituída por um Diretor-Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até 5 Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos e com o exercício de suas funções em regime de tempo integral.

O Conselho de Administração é formado por um Presidente e mais 5 Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Conselho Fiscal é permanente, composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, eleitos pela Assembléia Geral. Dentre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

Código de Ética

A Companhia possui um Código de Ética e de Conduta Empresarial, aderente aos princípios e valores praticados nos padrões da governança corporativa, que é a referência para todos os seus integrantes.

A Comissão de Ética da Companhia revisou o mencionado Código, contemplando sugestões de centenas de empregados, coletadas durante seminários sobre responsabilidade social e ética, realizados na Sede e Regionais. Nele estão explicitados os valores e princípios éticos da Chesf que norteiam a conduta institucional nas interações com os diferentes públicos de relacionamento.

Controles Internos e Auditoria

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja, executa e avalia as atividades de auditoria na Companhia e atende às solicitações da alta direção e de órgãos de controle interno e externo. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio, a cada período de 5 anos.

Objetivando adotar as melhores práticas de governança corporativa, a Chesf retomou os trabalhos de revisão de seus processos empresariais relevantes para adoção dos procedimentos em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América, visando à Certificação da Eletrobrás.

MERCADO DE ENERGIA

As projeções de mercado divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para o período 2008 a 2017, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas Regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 4,9% ao ano. Este crescimento representa um incremento de 27.922 MW médios no final de 2017, evoluindo dos atuais 52.189 MW médios para 80.111 MW médios, considerando a integração de alguns subsistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN a partir de 2009. O Nordeste terá uma expansão média de 4,9% ao ano, com crescimento igual ao previsto para o Brasil, passando de 7.557 MW médios para 11.667 MW médios, no mesmo horizonte, representando incremento de 4.110 MW médios até o final do último ano.

Este quadro sinaliza a necessidade de acréscimos de novas fontes de geração de energia, indicando oportunidades de expansão e diversificação dos investimentos da Empresa, tanto nos empreendimentos termelétricos a gás natural e nuclear, já indicados no Plano Decenal de Expansão 2008 a 2017 da EPE, quanto nos empreendimentos hidrelétricos do potencial remanescente no Nordeste e nos grandes aproveitamentos da Região Norte.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A energia comercializada em 2008 atingiu o montante de 50.692 GWh, distribuído entre 21 estados do Brasil e o Distrito Federal, com destaque para a venda às distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, que representou 77,2% deste total. Os estados com maior participação nas vendas da Empresa, no segmento distribuição, foram São Paulo (19,9%), Rio de Janeiro (10,3%), Paraná (9,8%), Pernambuco (7,7%) e Bahia (7,5%).

As vendas para a Região Nordeste representaram cerca de 43,5% do total comercializado pela Chesf. Parte dessa energia atendeu vinte e seis grandes indústrias localizadas nessa região.

A Chesf comercializou energia, no Ambiente de Contratação Livre – ACL, como entidade promotora (leilões de venda), que resultaram em 118 contratos com Comercializadores e Consumidores Livres para diversos períodos de fornecimento. Quando comparada com o ano de 2007, a quantidade de contratos celebrados no ACL diminuiu 27%. Em termos de energia comercializada nesse ambiente, o decréscimo foi de 46,4%, passando de 6.442 GWh, em 2007, para 3.452 GWh, em 2008.

O processo de negócio teve o suporte de uma moderna plataforma computacional, na qual são promovidos os leilões de energia da Chesf, que proporcionou maior competitividade, agilidade e transparência às transações comerciais de energia da Empresa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas, a Chesf recebe influência dos regimes hidrológicos das Regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluências ocorridas no período úmido 2007/2008, o principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no mês de maio de 2008, o seu armazenamento máximo do ano, correspondente a 73,9% do seu volume útil. Em 31 de dezembro, o seu armazenamento era de 26,0% do seu volume útil.

A Companhia gerou 41.239 GWh, em 2008, contra 57.301 GWh, em 2007, representando uma redução de 28,1 %. Esse decréscimo ocorreu devido às condições energéticas do Sistema Interligado Nacional - SIN e à elevação do intercâmbio de energia de outras regiões para o Nordeste, em função da política de despacho centralizado exercida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Foram mantidos os investimentos na capacitação de recursos humanos, aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e implementação de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão.

Em 2008, foi continuada a implantação de melhorias nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos, digitalização de sistemas de proteção e instalação de dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético, bem como a modernização de Centros de Operação, com a implantação de funções avançadas, tais como estimador de estado, configurador de redes, sistema de tratamento de alarmes, além de simulador para treinamento de operadores.

Reforçando a rede de telecomunicação, foi iniciada a implantação da infraestrutura de suporte à Rota Sistema Rádio Digital Sobradinho - Senhor do Bonfim, com a conclusão prevista para o segundo trimestre de 2009. Foi concluído e ativado o Suporte de Comunicação Óptica na Rota Teresina - São João do Piauí - Sobradinho, anel Norte/Oeste, e derivação para a subestação Eliseu Martins. Com relação à rede de proteção, foi implantada, em 18 subestações, o sistema de integração de dispositivos de proteção, permitindo uma supervisão dos equipamentos de proteção instalados nas subestações de Campina Grande, Mirueira, Pau Ferro, Recife II, Eunápolis, Funil, Itapebi, Sapeaçu, Camaçari II, Governador Mangabeira, Jardim, Pituaçu, Cauípe, Delmiro Gouveia, Fortaleza I/II e Pici.

Indicadores de Desempenho

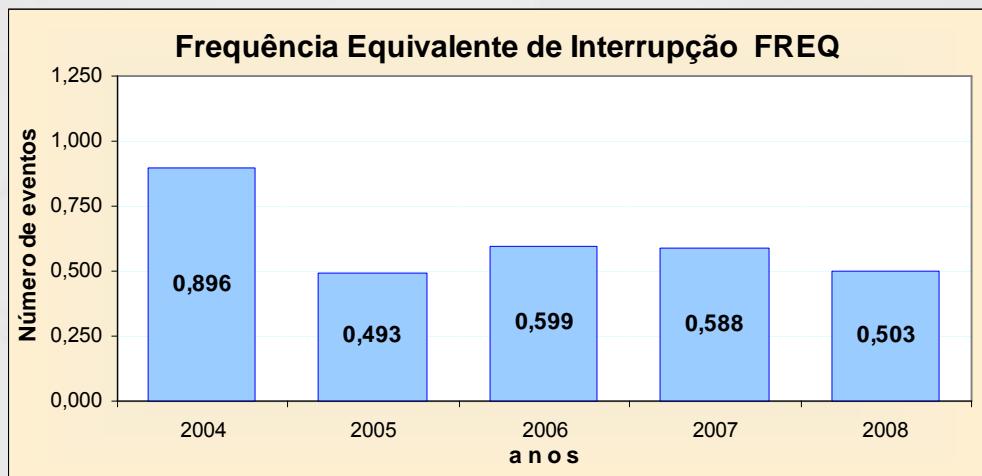
No ano de 2008, a Chesf obteve bons resultados nos indicadores de Freqüência Equivalente de Interrupção – FREQ, de Duração Equivalente de Interrupção – DREQ, de Energia Interrompida – ENES e de Disponibilidade Operacional – DO.

Os indicadores de Freqüência Equivalente de Interrupção – FREQ e de Duração Equivalente de Interrupção – DREQ apresentaram, respectivamente, o segundo e o terceiro melhores resultados dos últimos cinco anos.

O indicador Disponibilidade Operacional – Geração teve uma redução em relação aos anos anteriores devido a contingências ocorridas em transformador elevador da usina Xingó e em unidade geradora desta mesma usina e da usina Sobradinho. Embora esses eventos tenham levado à indisponibilidade de unidades geradoras por um período considerável, o resultado obtido foi acima da meta estabelecida para 2008.

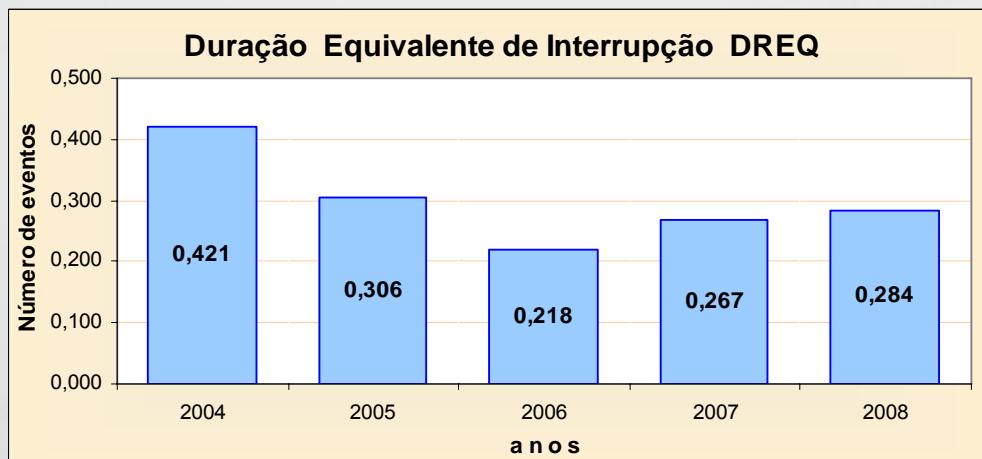
Freqüência Equivalente de Interrupção - FREQ

Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.



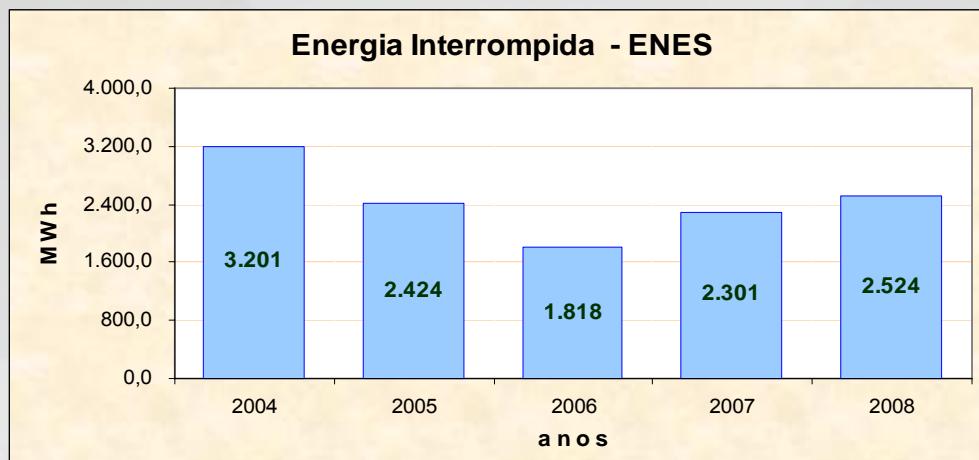
Duração Equivalente de Interrupção - DREQ

Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.



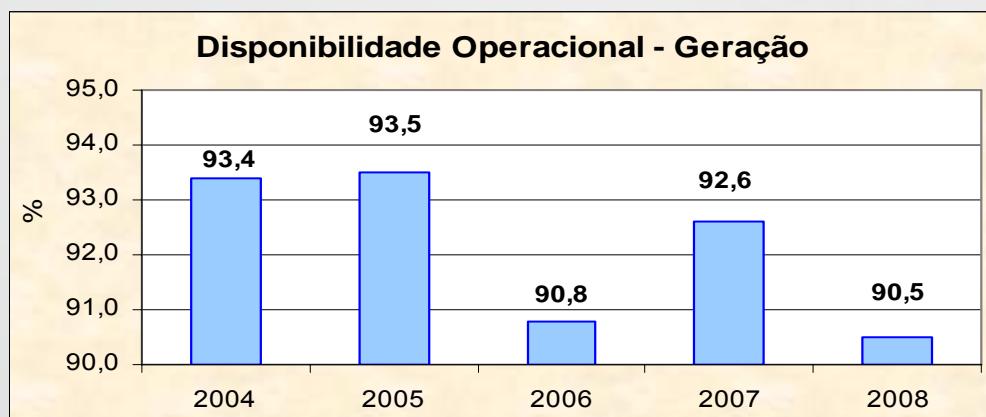
Energia Interrompida - ENES

Indica o montante equivalente de energia elétrica, em GWh, nas interrupções do fornecimento.



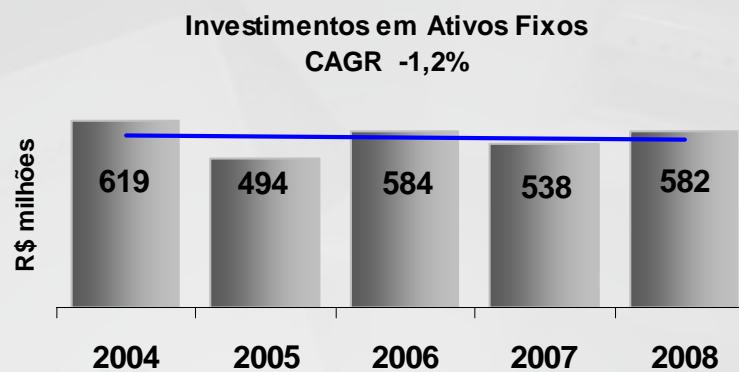
Disponibilidade Operacional - DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



INVESTIMENTOS

No ano, os investimentos em ativos fixos para expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf totalizaram R\$ 581,6 milhões. O valor contabilizado, considerando apenas as adições ao ativo imobilizado, está assim distribuído: R\$ 40,0 milhões em geração de energia; R\$ 340,9 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 134,0 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 66,7 milhões em infraestrutura. No período 2004 a 2008, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -1,2%. O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos cinco anos.



Geração

Para manter o sistema de geração com nível de disponibilidade satisfatório, foram realizadas diversas ações de manutenção e benfeitorias nas usinas da Companhia, destacando-se o retorno à operação das três unidades da Usina Paulo Afonso I e de uma unidade da Usina Paulo Afonso III.

No Programa de Estudos de Potenciais de Energia Hidráulica, para aumentar a oferta de geração hidrelétrica no Nordeste, a Chesf, em parceria com a Construtora Norberto Odebrecht, Engevix Engenharia S. A. e Desenvix S.A., deu continuidade aos estudos ambientais – EIA/RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico Riacho Seco localizado no trecho submédio do Rio São Francisco.

Transmissão

O Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado com a conclusão dos seguintes empreendimentos:

- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Barreiras com a instalação do 2º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e do 2º transformador trifásico 230/138 kV – 100 MVA, ambos com suas conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Pirapama com a instalação do 4º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Coremas com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Icó com a instalação do 2º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Teresina com a instalação do 4º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Senhor do Bonfim com a instalação do transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA em substituição ao 2º transformador trifásico 230/69 kV – 33 MVA.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Ribeirão com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.

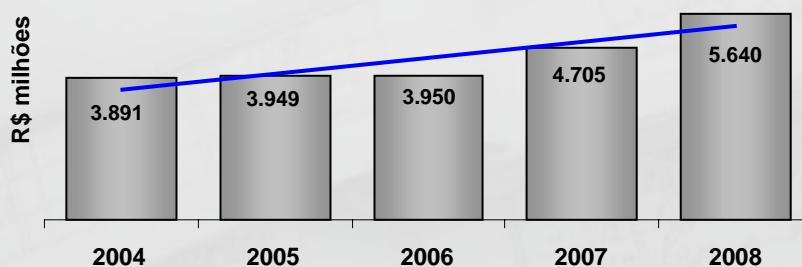
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Mossoró II com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Bom Jesus da Lapa com a instalação do transformador trifásico 230/69 kV - 50 MVA em substituição ao transformador trifásico existente 230/69 kV – 33 MVA.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Jacaracanga com a instalação do 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Catu com a instalação do 2º transformador trifásico 230/69/13,8 kV - 100 MVA em substituição ao transformador existente de 62 MVA.
- Ampliação da capacidade de transformação da subestação Maceió com a instalação do 4º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões associadas.
- Complementação do módulo geral de 138 kV, implantação de módulo de interligação de barramento em 138 kV, interligação do barramento em 69 kV e instalação de uma entrada de linha de 138 kV na subestação Barreiras.
- Instalação de 1 entrada de linha de 69 kV na subestação Icó, 1 entrada de linha de 69 kV na subestação Coremas e 4 entradas de linha de 69 kV na subestação Tauá.
- Instalação de transformadores de terra nas subestações Catu, Bom Jesus da Lapa, Senhor do Bonfim, Teresina e Coremas.
- Em implantação os empreendimentos - linhas de transmissão e ampliação de subestações em 230 kV, cujas concessões foram obtidas em Leilões da ANEEL:
 - Obras do PAC - Funil / Itapebi, Milagres / Coremas, Ibicoara / Brumado, Paraíso / Açu e Picos / Tauá.
 - Jardim / Penedo e Eunápolis / Teixeira de Freitas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

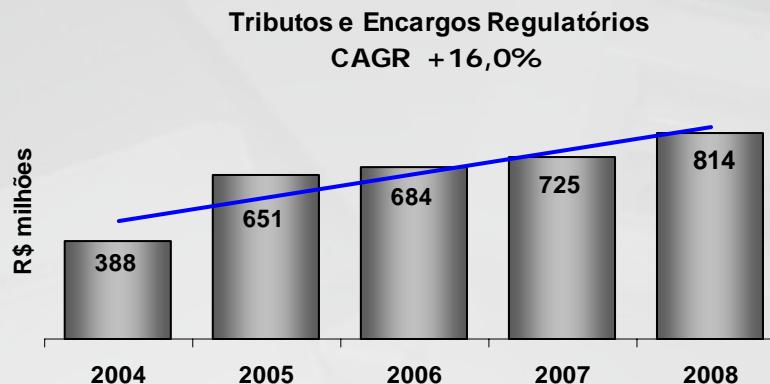
A receita operacional bruta da Chesf atingiu, em 2008, o valor de R\$ 5.640,4 milhões, o que representa uma evolução de 19,9% em relação aos R\$ 4.705,4 milhões de 2007. Este aumento foi impulsionado pelos seguintes fatores: comercialização de energia no mercado de curto prazo (+96,6%), decorrente do crescimento excepcional nos preços da energia ocorrido no primeiro trimestre de 2008; fornecimento de energia direto às indústrias (+21%); suprimento de energia às empresas distribuidoras e comercializadoras (+13,1%), em função de novos contratos de leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL; disponibilização do sistema de transmissão, implementação de novos empreendimentos de transmissão e reforços na rede básica (+7,5%); e reajustes previstos nos contratos vigentes. No período 2004 a 2008, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +7,7%.

Receita Operacional Bruta
CAGR +7,7%



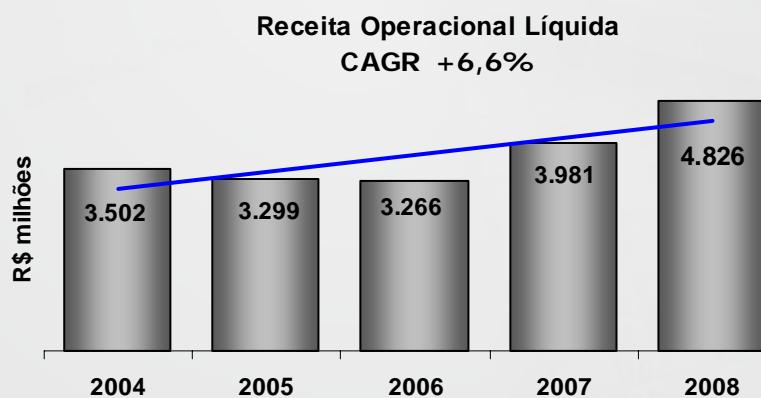
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 814,1 milhões no ano de 2008 (+12,3% em relação a 2007). Deste total, R\$ 498,0 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (+19,0% em relação a 2007) e R\$ 316,1 milhões a encargos regulatórios (+3,3% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR), no período 2004 a 2008, foi de +16,0%.



Receita Operacional Líquida

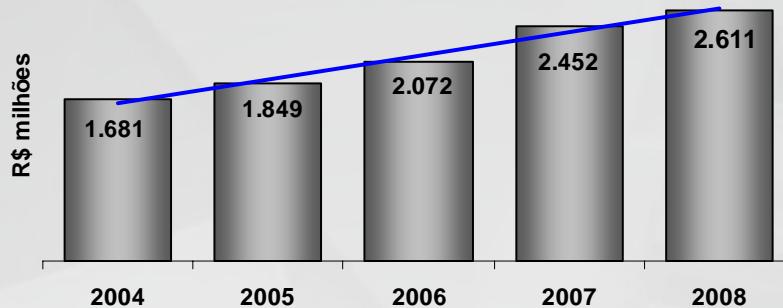
A receita operacional líquida aumentou 21,2% (+ R\$ 845,5 milhões) sobre o ano de 2007, atingindo R\$ 4.826,3 milhões em 2008. Deste montante, a venda de energia elétrica contribuiu com 78,4% (75,9% em 2007), a receita pela disponibilização do sistema de transmissão de energia respondeu com 21,4% (23,9% em 2007) e o restante, 0,2%, teve como origem outras receitas operacionais. De 2004 a 2008, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +6,6%.



Custos e Despesas Operacionais

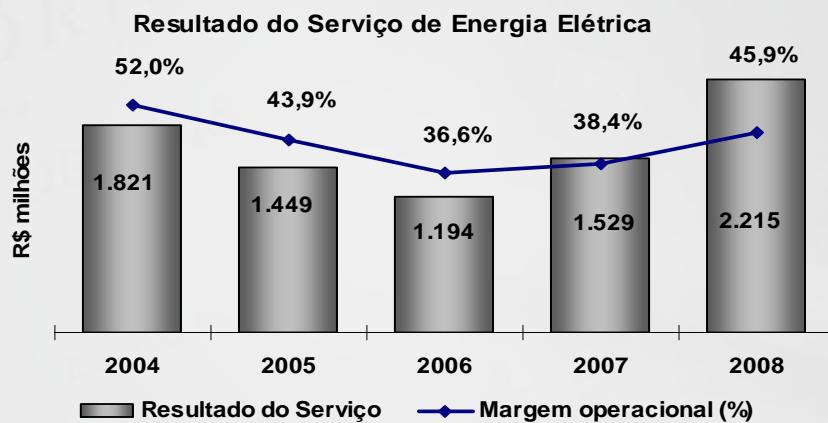
Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 2.610,9 milhões em 2008 (6,5% maior que 2007). Os custos do serviço de energia elétrica foram de R\$ 1.988,0 milhões (22,9% superior a 2007), em função, basicamente, do crescimento verificado nos itens *combustíveis para a produção de energia e compra de energia para revenda*. Por sua vez, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 622,5 milhões em 2008 (-25,1% em comparação a 2007). Esta redução é explicada, basicamente, pelos efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ocorrida em 2007, sem correspondente em 2008. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +9,2%, no período 2004 a 2008.

Custos e Despesas Operacionais
CAGR +9,2%



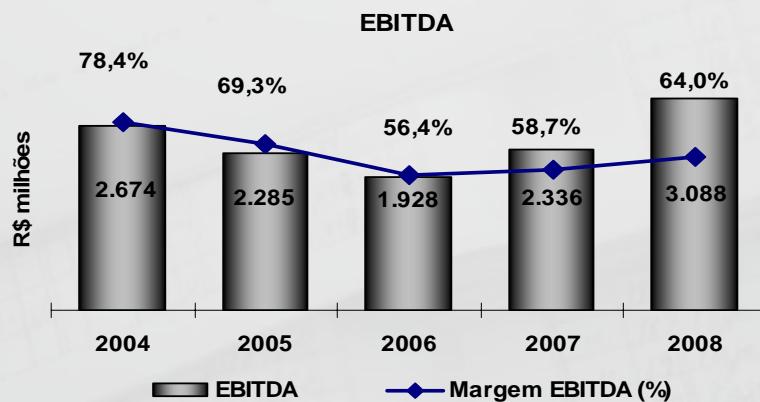
Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o resultado operacional do serviço (EBIT) atingiu R\$ 2.215,4 milhões, 44,9% superior aos R\$ 1.528,6 milhões obtidos em 2007. Este resultado, que representa a margem operacional do serviço, passou de 38,4% em 2007, para 45,9% da receita operacional líquida de 2008, um avanço de 7,5 pontos percentuais.



Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 3.087,5 milhões, representando um crescimento de 32,2% em relação aos R\$ 2.335,7 milhões registrados em 2007. A margem EBITDA de 64,0% sobre a receita operacional líquida, ante 58,7% obtida em 2007, representa um aumento de 5,3 pontos percentuais.



Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)

	2008	2007
Lucro Líquido	1.437,3	652,6
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	204,7	329,2
(+) Participações nos lucros	60,6	54,0
(+) Receitas (despesas) não recorrentes	47,8	6,1
(+) Despesas Financeiras	644,0	640,3
(+) Depreciação	603,4	594,5
(+) Provisões para Contingências	89,7	59,0
(=) EBITDA	3.087,5	2.335,7

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício representou uma despesa líquida de R\$ 465,0 milhões, 4,4% menor em relação ao valor de R\$ 486,6 milhões de 2007, que também apresentou resultado líquido de despesa. Este resultado é explicado, basicamente, pelo aumento verificado na renda de aplicações financeiras e pela redução dos encargos de dívida, em decorrência da liquidação antecipada de empréstimos e financiamentos junto à Controladora no exercício de 2008.

Receitas (despesas) financeiras – R\$ milhões

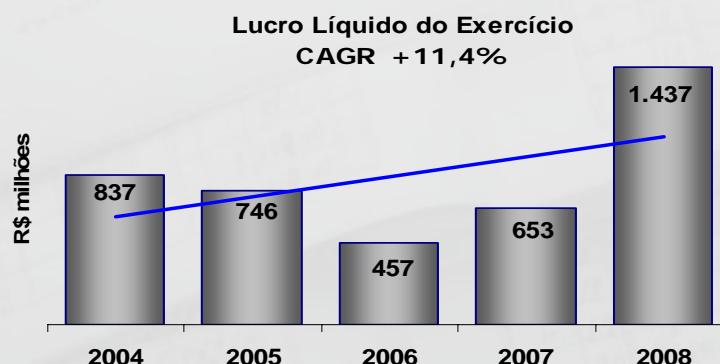
	2008	2007
Renda de aplicações financeiras	76,8	27,2
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes	70,3	109,2
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(487,7)	(573,7)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(83,4)	16,7
Outras receitas (despesas) financeiras	(41,0)	(66,0)
(=) Resultado financeiro líquido	(465,0)	(486,6)

Incentivo Fiscal - Imposto de Renda

A Companhia obteve em 2008 a concessão de incentivos fiscais, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, correspondentes à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e seus adicionais, nos termos do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a alteração dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para o período de 2008 a 2017, e ao reinvestimento, nos valores de R\$ 299,5 milhões e R\$ 43,8 milhões, respectivamente, totalizando R\$ 343,3 milhões. Vale ressaltar que este fato está revestido de profunda relevância no contexto econômico-financeiro da Companhia, considerando o grande impacto advindo dessa redução na alavancagem de recursos para seus investimentos, principal objetivo desses incentivos fiscais.

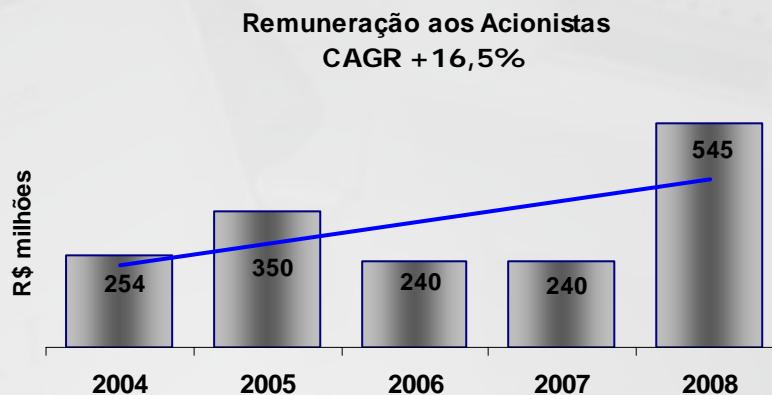
Lucro Líquido

O lucro líquido obtido pela Chesf em 2008 foi de R\$ 1.437,3 milhões, o maior lucro da história da Companhia. O crescimento foi de R\$ 784,7 milhões, ou 120,2%, quando comparado aos R\$ 652,6 milhões de 2007 e é explicado, principalmente, por: i) aumento na receita operacional líquida (+21,2%); ii) menor crescimento dos custos e despesas operacionais (+ 6,5%); iii) melhor resultado financeiro; iv) redução da incidência de imposto de renda sobre o lucro, em virtude da obtenção de incentivo fiscal. De 2004 a 2008, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +11,4%.



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, a administração da Companhia, considerando o lucro líquido do exercício, resolveu propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO uma remuneração de R\$ 544,9 milhões, a título de dividendos, equivalentes a 51,4% do lucro líquido ajustado (37,4% em 2007), e correspondente a uma distribuição de R\$ 13,06 por ação ordinária e preferencial (R\$ 5,75 em 2007). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +16,5%, no período 2004 a 2008.



EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O endividamento bruto, que inclui os juros contabilizados e o principal da dívida com a Controladora e com instituições financeiras, encerrou o ano em R\$ 3.785,8 milhões, 17,0% menor que os R\$ 4.558,8 milhões ao final de 2007, que inclui a liquidação antecipada de R\$ 538,9 milhões relativo a empréstimos e financiamentos junto à Controladora no exercício de 2008. A dívida líquida (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, deduzidos das disponibilidades e aplicações financeiras) totalizava no final do ano, R\$ 2.889,5 milhões, representando uma redução de 27,5% em relação ao ano anterior.

DÍVIDA CONSOLIDADA – R\$ milhões	2008	2007	Δ%
Curto Prazo	478,0	518,4	-7,8%
Em Moeda Nacional	368,0	430,7	-14,6%
Em Moeda Estrangeira	110,0	87,7	25,4%
Longo Prazo	3.307,8	4.040,4	-18,1%
Em Moeda Nacional	3.153,8	3.836,8	-17,8%
Em Moeda Estrangeira	154,0	203,6	-24,4%
Dívida Bruta Total	3.785,8	4.558,8	-17,0%
(-) Caixa e Equivalentes	9,3	30,9	-69,9%
(-) Aplicações Financeiras	887,0	543,2	63,3%
Dívida Líquida	2.889,5	3.984,7	-27,5%

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2008, a Chesf possuía participações minoritárias nas seguintes empresas:

- **STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

49% no capital social da empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., constituída em 27 de outubro de 2003, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500kV Teresina II(PI) / Sobral III(CE) / Fortaleza II(CE), em operação desde janeiro de 2006, com prazo de concessão de 30 anos.

- **Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA**

12% no capital social da empresa Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, constituída em 20 de dezembro de 2005, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, em operação desde maio de 2008, com prazo de concessão de 30 anos.

- **Energética Águas da Pedra S.A.**

24,5% no capital social da empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 3 de abril de 2007, que tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, com início das operações previsto para janeiro de 2011 e prazo de concessão de 35 anos.

- **Energia Sustentável do Brasil S.A.**

20% no capital social da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., constituída em 15 de julho de 2007, que tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com potência de 3.300 MW e energia assegurada total de 1.975,3 MW médios, com início das operações previsto para janeiro de 2013 e prazo de concessão de 35 anos.

- **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

19,5% no capital social da empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., constituída em 22 de abril de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 500 kV Oriximiná/Itacoatiara/Cariri, da subestação Itacoatiara 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri 500/230 kV (1.800MVA), com início das operações previsto para outubro de 2011 e prazo de concessão de 30 anos.

- **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

24,5% no capital da empresa Interligação Elétrica do Madeira S.A., constituída em 18 de dezembro de 2008, que tem como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção da linha de transmissão de 600 kV Coletora Porto Velho (RO) / Araraquara 2 (SP), em corrente contínua, da estação retificadora de corrente alternada para corrente contínua 500/600 kV, localizada na subestação Coletora Porto Velho, com capacidade de 3.150 MW, e da estação inversora de corrente contínua para corrente alternada 600/500 kV, localizada na subestação Araraquara 2, com capacidade de 2.950 MW, com início das operações previsto para abril de 2013 e prazo de concessão de 30 anos.

ADOÇÃO INICIAL DA LEI Nº 11.638/2007

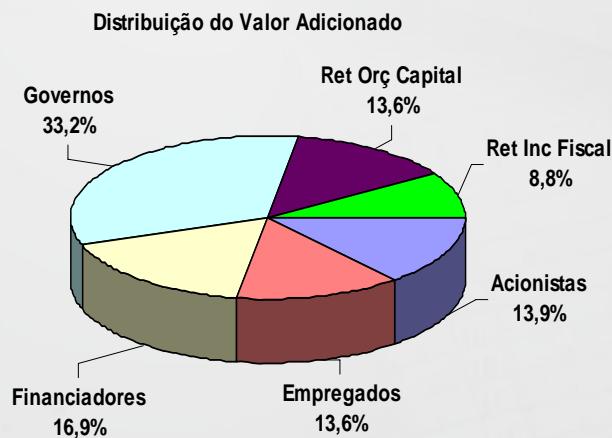
Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, que marcam o início da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A aplicação dessa legislação é obrigatória para as demonstrações financeiras anuais referentes a exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008. Conforme facultado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impactos no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, nos termos do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria – RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, durante o exercício de 2008, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2008 foi de R\$ 3.930,2 milhões, montante 24,1% maior do que os R\$ 3.168,1 milhões de 2007. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de: salários, encargos e benefícios aos empregados (13,6%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (33,2%); juros aos financiadores (16,9%); dividendos aos acionistas (13,9%); lucros retidos para orçamento de capital (13,6%); e retenção decorrente de incentivo fiscal (8,8%).



PROGRAMA DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

A Chesf investe em seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D buscando encontrar na inovação de equipamentos, sistemas e processos, o incremento de sua rentabilidade, a melhoria contínua da prestação do serviço e a possibilidade de novos negócios.

No exercício de 2008, foi feito um intenso investimento na modernização da gestão dos processos de P&D, ressaltando-se a contratação do desenvolvimento de um sistema integrado de informações gerenciais e o aprimoramento da forma de prospecção e desenvolvimento dos projetos, de forma a atender às necessidades estratégicas da Empresa e minimizar os riscos da pesquisa.

A Companhia possui duas carteiras de projetos. A primeira, que atende às demandas das Leis nº 9.991/2000 e nº 10.848/2004, tem o foco nas necessidades de interesse mais específico do sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com o envolvimento de uma grande gama de reconhecidas entidades de ensino e pesquisa no papel de executoras dos projetos. A segunda carteira de projetos concentra-se em questões de interesse comum às empresas do Sistema Eletrobrás e tem, como executora, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, entidade que há mais de trinta anos vem prestando relevantes serviços para o setor elétrico nacional. A média anual de recursos investidos nessas carteiras é de aproximadamente R\$ 23 milhões.

Além desses investimentos, a Chesf contribui para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o custeio da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, perfazendo uma média anual de R\$ 22,5 milhões. Portanto, no total, a Chesf investe anualmente em P&D, direta e indiretamente, o expressivo montante de cerca de R\$ 45 milhões.

Os representativos resultados dos projetos já concluídos, envolvendo todos os segmentos da cadeia produtiva, autorizam inferir a certeza de uma crescente otimização dos resultados da Empresa, do essencial compartilhamento de conhecimento academia-empresa e da aplicação dos resultados das pesquisas em benefício da Companhia e da sociedade, ações absolutamente essenciais para consolidação do desenvolvimento nacional.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Chesf entende que o desenvolvimento econômico precisa vir acompanhado pelo cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, em busca da qualidade de vida da população. Com as suas ações, contribui para a inclusão social de milhares de pessoas, por meio do investimento em educação, saúde, geração de trabalho e renda, cultura e cidadania.

A atuação socioambiental da Companhia é direcionada para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional de seus empregados, para ampliar a interação e contribuir com o desenvolvimento dos seus fornecedores, para ampliar o relacionamento com as comunidades do entorno das suas instalações e de seus empreendimentos, para contribuir com projetos do Governo Federal e com ações direcionadas para a sociedade em geral e para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

ATUAÇÃO VOLTADA PARA OS EMPREGADOS (PÚBLICO INTERNO)

A Companhia encerrou o exercício de 2008 com um quadro de pessoal de 5.535 empregados. O índice de *turnover* do exercício foi de 2,87%. Foi finalizada a etapa de construção do Modelo Chesf de Gestão de Pessoas por Competência, que tinha como objetivo conceber, construir e implantar um Novo Modelo de Gestão de Pessoas, dirigido a todos os empregados da Organização. Os produtos gerados no âmbito do Projeto são insumos para as discussões sobre a Gestão Integrada de Pessoas, no contexto do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás.

A Empresa adota a prática de constituição de Comissões Paritárias Chesf/Sindicatos, para equacionar questões de interesse de ambas as partes. Por sugestão da Comissão Paritária de Políticas de Acampamento, foram realizadas melhorias na prestação de serviços de limpeza pública, pavimentação e urbanização; disponibilização de transporte para os empregados lotados nas subestações de Juazeiro II e Funil; continuação da venda de casas da Chesf aos seus moradores nos acampamentos da Empresa.

Remuneração e Benefícios

Em 2008, R\$ 54,5 milhões foram distribuídos para os empregados como Participação nos Lucros ou Resultados - PLR, resultante do cumprimento de metas pré-estabelecidas pela Eletrobrás e pela Chesf, em 2008: dar lucro e distribuir dividendos, metas financeiras (margem operacional e índice de custeio) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e de transmissão).

Os empregados da Chesf têm direito aos seguintes benefícios: Assistência materno-infantil para filhos de até 6 meses; Assistência educacional para filhos de mais de 6 meses até 20 anos; Auxílio educacional superior, concedido para empregados que não tenham curso universitário; Seguro de vida em grupo; Assistência ao portador de deficiência – PAPD, para empregados e dependentes; Atendimento médico e de enfermagem nos ambulatórios da Empresa durante o horário de expediente; Auxílio óculos e lentes, para os empregados e seus dependentes; Complementação de auxílio-doença; Plano de Assistência Patronal – PAP, abrangendo assistência médica-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Pecúlio por morte ou invalidez decorrente de acidente de trabalho; Transporte – antecipação de vale ao empregado para deslocamento residência/local de trabalho/residência; Vale refeição; Alimentação; Previdência privada, através da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – FACHESF, que conta com 12.726 participantes, sendo 5.399 ativos e 7.327 assistidos;

Capacitação e Desenvolvimento

A Chesf adota um sistema de educação corporativa que vincula a capacitação às necessidades da organização e ao desenvolvimento dos empregados.

Em 2008, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 64,99 correspondendo a 3,38% das horas de trabalho. O marco regulatório e a alta competitividade inerentes ao novo Modelo do Setor Elétrico têm exigido da Chesf um redirecionamento estratégico nos processos de capacitação. Nesse sentido, a Companhia vem ampliando a oferta de treinamentos de longa duração, visando ao desenvolvimento de novas competências requeridas. Destacam-se os Mestrados em Engenharia de Produção e em Economia e Finanças, MBA em Gestão de Energia, MBA em Direito de Energia Elétrica, Especialização em Gestão do Conhecimento, Informação e Tecnologia e MBA em Gestão para Excelência. Foi implantado o Plano de Preparação Gerencial, com alto investimento da Companhia no seu corpo gerencial, fundamental para as atuais transformações no Sistema Eletrobrás. O objetivo central do Plano é a maximização da performance dos executivos da Chesf, possibilitando a capacitação nas funções gerenciais demandadas pelo novo ambiente empresarial, no tocante aos aspectos organizacionais, estratégicos, tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e culturais.

Saúde e Segurança do Trabalho

Em 2008, a Chesf consolidou o Plano Corporativo de Saúde e Qualidade de Vida – Viver Bem – Chesf objetivando atuar, de forma sistêmica, na prevenção, recuperação e promoção de Saúde e Qualidade de Vida dos seus empregados. Dentre as ações realizadas, destaca-se o Plano de Atendimento Emergencial – PAE, que visa maior eficiência e agilidade no atendimento ao empregado acidentado ou vítima de mal-súbito, considerado um dos três melhores projetos na categoria de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pelo Prêmio Fundação COGE.

Com o objetivo de melhorar o controle de riscos, a Chesf implementou a técnica de Avaliação Preliminar de Perigos – APP nas intervenções do sistema eletroenergético e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, em que são identificados, avaliados e controlados os riscos físicos, químicos e biológicos.

A Companhia possui 22 CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, formadas paritariamente por representantes eleitos pelos empregados e representantes do empregador. Anualmente, é realizada o INTERCIPA, seminário que reúne representantes de todas as CIPA da Chesf, representantes dos empregados e do empregador, dos órgãos de segurança do trabalho, representantes de sindicatos e outros convidados, objetivando a troca de experiências no que se refere a boas práticas preventivas, a fim de melhorar a gestão de segurança e saúde no ambiente de trabalho. O ineditismo do INTERCIPA da Chesf tem sido reconhecido em vários fóruns, inclusive com publicações em periódicos especializados.

Em 2008, a Taxa de Freqüência Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento ficou em 4,58, 5% acima do limite tolerável para o exercício. Com relação à Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento, os acidentes foram menos graves do que no ano anterior, o que contribuiu para redução dessa taxa de 133, em 2007, para 83, em 2008.

Respeito à Diversidade e Equidade de Gênero

A Chesf reconhece que o respeito e a promoção da diversidade são essenciais para uma gestão que propicie um clima organizacional saudável, solidário e facilitador de crescimento profissional e atua para facilitar tal promoção e a eliminação de qualquer tipo de discriminação. Por essa razão, incluiu, em vários normativos de gestão de pessoas e no Código de Ética e de Conduta Empresarial, cláusula que explicita sua posição contrária a qualquer preconceito e práticas que discriminem pessoas por cor/raça, etnia, sexo, idade, origem regional, condição econômica, social, condição física ou mental, orientação política, religiosa ou sexual ou por qualquer outra condição.

A Companhia realizou atualização cadastral auto declaratória dos empregados, que foi respondida por 95% do efetivo. Tal atualização possibilitou o conhecimento mais aprofundado do seu quadro de pessoal, o que contribuirá para a estruturação de ações que atendam às necessidades específicas de grupos de pessoas.

Em 2008, a Chesf continuou a implementação do Plano de Ação de Gênero 2007-2008, pactuado com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, como requisito para participação no Programa Pró-Equidade de Gênero dessa Secretaria.

A Chesf deu continuidade a ações que ampliam a inclusão social e a acessibilidade de empregados com deficiência. Para atender aos deficientes visuais, existem informações em Braille nas catracas de acesso às instalações, nas portas internas, bem como sintetizadores de voz nos elevadores. Há muitos anos, esses empregados dispõem de equipamentos e softwares específicos para a realização de suas atividades. O Código de Ética e de Conduta Empresarial está disponível em Braille. A opção religiosa e a orientação política e sexual dos empregados é respeitada. A Chesf inaugurou na Sede, em 2008, um espaço ecumênico destinado às celebrações religiosas.

FORNECEDORES

A Companhia promove, periodicamente, a atualização de seus fornecedores sobre os procedimentos utilizados para a gestão dos contratos. Atua, também, no sentido de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos. Para tal, foram realizados encontros de um dia, em Recife, Salvador e Paulo Afonso. Os requisitos de responsabilidade social, ética e questões de diversidade e gênero são enfatizados em palestra específica que está incluída na programação dos eventos. Em 2008, a Chesf aprovou os “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, em que também está explicitado o repúdio ao trabalho infantil e à submissão de profissionais a trabalhos em condições degradantes. Para a contratação do fornecimento de bens e de serviços há a exigência de cumprimento desses princípios.

RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

A Companhia desenvolve os seguintes programas estruturantes:

- Programa Geração – atendimento das populações carentes das microrregiões onde a Empresa implantou geração hidrelétrica, compreendendo o Programa Lagos do São Francisco abrangendo as áreas das hidrelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Apolônio Sales (Moxotó), Complexo Paulo Afonso e Xingó; Programa Sobradinho (municípios lindeiros dessa hidrelétrica); Programa Boa Esperança (municípios vizinhos da hidrelétrica Boa Esperança) e Programa Rio de Contas (municípios nas imediações das hidrelétricas Funil e Pedra).
- Programa Transmissão – atuação nas comunidades de municípios onde estão implantadas as subestações ou que são cortados por linhas de transmissão.
- Programa Regiões Metropolitanas – atuação em comunidades dos municípios das Regiões Metropolitanas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, onde se situam as principais instalações da Companhia.

A quase totalidade dos programas e projetos que a Chesf implementou tem os seguintes objetivos:

Educação, Capacitação e Difusão do Conhecimento

Os diversos programas de educação, capacitação e difusão do conhecimento, desenvolvidos pela Chesf, tiveram a participação de 14.693 crianças, jovens e adultos.

Neste tema, destaca-se o apoio da Companhia à Implementação do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso e ao desenvolvimento de pesquisa arqueológica na região.

Geração de Trabalho e Renda e Desenvolvimento Regional

Os programas destinados à geração de trabalho e renda e desenvolvimento regional tiveram a participação de 13.164 adultos. Além disso, foram realizados três seminários para constituição do fórum de desenvolvimento sustentável das populações das bordas dos lagos das usinas de Pedra e Funil.

A Chesf vem coordenando e implementando projetos para o desenvolvimento regional, alinhados a programas sociais do Governo Federal. No Nordeste, o Programa Luz para Todos, coordenado pelo Diretor de Operação da Companhia, realizou 192.088 ligações que beneficiaram 960.440 pessoas.

Complementação Alimentar

Os programas de complementação alimentar atenderam 2.404 pessoas.

Promoção da Saúde

A Chesf mantém o Hospital Nair Alves de Souza, em convênio com o SUS. Em 2008, foram atendidas, aproximadamente, 100 mil pessoas, de 22 cidades de 5 estados do Nordeste, sendo realizados 258.124 procedimentos.

Foi realizada a Feira Anual de Saúde e Cidadania em localidades do entorno das instalações da Companhia, em Recife, Paulo Afonso, Salvador, Fortaleza, Sobradinho e Teresina, com a participação de 5.531 pessoas.

Cidadania

A Companhia ofereceu suporte ao funcionamento da Delegacia de Atendimento à Mulher em Paulo Afonso. Empregadas da Chesf têm assento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Três vezes ao ano, as CIPA fazem campanhas internas para doação de sangue e de medula óssea, em parceria com os hemocentros estaduais. A Companhia continuou participando ativamente da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, com realização de palestras para as comunidades e distribuição de peças da campanha para rádios comunitárias.

Sustentabilidade Ambiental

A Chesf adota uma gestão sistemática dos impactos e das questões ambientais decorrentes de seus ativos de geração e de transmissão, bem como de processos de armazenagem e de movimentação de produtos perigosos, tendo destinado, em 2008, R\$ 15,4 milhões para programas que visam à preservação do meio ambiente.

Na área de geração, todos os empreendimentos possuem licença de operação, exceto as usinas Pedra e Funil, na Bahia, e Boa Esperança, no Piauí, cujas licenças estão em processo de renovação. Foram realizados mais de 30 programas socioambientais direcionados para a recuperação de áreas degradadas, o monitoramento da qualidade da água, o manejo e a conservação dos espécimes de peixe da região e treinamento de pescadores, a saúde e educação ambiental e o resgate arqueológico. Foram concluídos os Programas de Apoio Institucional aos Municípios do entorno dos empreendimentos de Paulo Afonso e Itaparica e estão sendo realizados os levantamentos e análises dos Estudos Ambientais dos novos aproveitamentos hidrelétricos do rio Parnaíba e do São Francisco.

Foram desenvolvidos programas de Educação Ambiental no entorno da usina Araras, no Ceará, com o envolvimento de cerca de 150 famílias, e nos reservatórios do complexo Paulo Afonso, em fase inicial de implantação, que deverá envolver as comunidades do entorno.

Para atender ao Programa Nacional de Revitalização do São Francisco, na questão da recuperação de matas ciliares nas suas margens, foram plantadas 400.000 mudas nos municípios de Itacuruba, Belém do São Francisco, Petrolândia e Santa Maria da Boa Vista.

Estão sendo negociadas com o Ministério Público da Bahia ações para adequação de Áreas de Preservação Permanente no entorno dos empreendimentos de geração.

Na área de transmissão, todos os empreendimentos posteriores a 1988 estão licenciados ou em processo de renovação. Dos empreendimentos anteriores ao ano 1988, 62 foram regularizados em 2008 e outros 73 encontram-se com o processo de regularização tramitando nos órgãos ambientais. Foram renovadas 51 Licenças Ambientais relativas aos empreendimentos de transmissão e atendidas 643 condicionantes de Licenças Ambientais, que representam a execução de diversos Programas Ambientais, tais como: Levantamento e Monitoramento de Fauna e de Flora, Revitalização do Rio Mamucabas, Estudos Arqueológicos, Replantio Seletivo nas Faixas de Servidão, entre outros.

Foram realizados cinco programas de Comunicação Ambiental sobre os novos empreendimentos de transmissão da Chesf – linhas de transmissão 230 kV Funil/Itapebi e Ibicoara/Brumado, na Bahia; Paraíso/Açu, no Rio Grande do Norte; Milagres/Coremas, no Ceará e Paraíba; e Jardim/Penedo, em Sergipe e Bahia. Estes programas envolveram as Secretarias de Educação e Saúde dos municípios, organizações sociais e 1.313 famílias residentes ao longo das faixas de passagem das linhas.

Foram realizadas duas ações emergenciais de combate às queimadas sob linhas de transmissão, no Estado do Ceará, em conjunto com o IBAMA-Prevfogo, que envolveu cerca de 50 famílias. Foram iniciadas as ações em conjunto com a FUNAI para desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental para a comunidade indígena dos Fulni-ô, no Estado de Pernambuco.

Na questão da compensação ambiental, foram elaborados os Planos de Manejo da Reserva Biológica de Santa Isabel, em Sergipe e da Reserva Biológica de Serra Negra, em Pernambuco.

A área de produtos perigosos conta com 6 licenças de operação para diversas instalações de guarda e manuseio desses produtos, com 60 condicionantes, além das ações de monitoramento dos riscos ambientais de resíduos e descarte de produtos perigosos. Por decisão pró-ativa da Companhia, foi aprovado, em 2008, um plano de substituição e descarte de todos os equipamentos em operação e em depósito que contenham ascarcel.

Em 2008, a Chesf não foi multada por violação de normas de proteção ambiental, ressaltando-se que não há qualquer restrição às atividades operacionais da Companhia.

Programa do Reassentamento de Itaparica

A Chesf investiu R\$ 134,1 milhões no Reassentamento de Itaparica, em obras, serviços, aquisição de equipamentos, assistência ao reassentado e ao processo de produção agrícola, programas ambientais, indenizações à comunidade indígena Tuxá, aos agricultores de Itacoatiara (Rodelas/BA) e do Perímetro Apolônio Sales (Petrolândia/PE), além da aquisição de terras para o Projeto Jusante (Glória/BA) e a regularização fundiária das áreas adquiridas.

Foram iniciadas as obras de implantação do Projeto Irrigado Jusante, após a concessão da Licença de Implantação - LI, e sequenciada a implantação do Perímetro Barreiras Bloco 2, localizado em Tacaratu/PE, com a conclusão da rede de distribuição. Está sendo licitada a última fase desse Projeto, que consiste no loteamento, construção do sistema viário e da rede parcial de irrigação.

Em relação à Comunidade Indígena Tuxá, foi construída uma Casa de Farinha na Aldeia Tuxá de Inajá/PE e o prédio do Centro Cultural da Aldeia Tuxá de Rodelas/BA. Foi também efetuado o pagamento da penúltima parcela do acordo indenizatório estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado, em agosto de 2004, com o Ministério Público Federal, a União, Comunidades Indígenas Tuxá, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A gestão dos perímetros irrigados é conduzida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, de conformidade com o Termo de Cooperação firmado entre a Chesf e a Codevasf, em março de 2007. Assim, foi continuada a modernização das instalações dos perímetros irrigados e a implantação de drenagem agrícola, de modo a permitir boas condições de produtividade das áreas irrigadas por período mais longo de tempo. Também, foi iniciado o inventário da infraestrutura de irrigação de uso comum dos perímetros irrigados para a transferência para a Codevasf.

Ainda, com base no mencionado Termo de Cooperação, foi dada continuidade aos programas de assistência aos irrigantes de todos os perímetros em operação, com a prestação de serviços de operação e manutenção da infraestrutura pública de irrigação e dos serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER. Para os reassentados que ainda não dispõem de lote irrigado apto para a produção, é paga, mensalmente, a Verba de Manutenção Temporária – VMT para ajudar na manutenção familiar.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)						
1 - Geração e Distribuição de Riqueza	Em 2008:	3.930.176	Em 2007:	3.168.126		
Distribuição do Valor Adicionado	33,2% governo 36,3% acionistas	13,6% empregados 16,9% financiadores	44,1% governo 20,6% acionistas	15,2% empregados 20,1% financiadores		
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.						
2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2008:		Em 2007:			
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	561.341		490.493			
- Empregados	558.863		487.879			
- Administradores	2.478		2.614			
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	23,4		23,3			
- Administradores	1,0		1,0			
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	112.402	20,0%	2,3%	99.698	20,3%	2,5%
Alimentação	34.578	6,2%	0,7%	32.359	6,6%	0,8%
Transporte	591	0,1%	0,0%	718	0,1%	0,0%
Previdência privada	33.988	6,1%	0,7%	28.857	5,9%	0,7%
Saúde	40.180	7,2%	0,8%	31.895	6,5%	0,8%
Segurança e medicina do trabalho	2.484	0,4%	0,1%	2.233	0,5%	0,1%
Educação e Creche	8.695	1,5%	0,2%	5.701	1,2%	0,1%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.972	1,2%	0,1%	6.676	1,4%	0,2%
Participação nos lucros ou resultados	60.652	10,8%	1,3%	54.504	11,1%	1,4%
Total	300.542	53,5%	6,2%	262.641	53,5%	6,6%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	5.535		5.640			
Nº de admissões	109		7			
Nº de demissões	80		55			
Nº de estagiários no final do exercício	-		185			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	56		43			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-		-			
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	4.398		4.484			
- Feminino	1.137		1.156			
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-		-			
- De 18 a 35 anos	881		915			
- De 36 a 60 anos	4.336		4.447			
- Acima de 60 anos	318		278			
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0		0			
- Com ensino fundamental	1.020		1.101			
- Com ensino médio	434		442			
- Com ensino técnico	2.142		2.188			
- Com ensino superior	1.767		1.736			
- Pós-graduados	172		173			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	84,8%		86,8%			
- Feminino	15,2%		13,2%			
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	810		1.040			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	278		349			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	162		216			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	6.024		-			
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade						
Total dos investimentos em:						
Educação	4.398	0,3%	0,1%	3.844	0,4%	0,1%
Cultura	6.221	0,4%	0,1%	11.278	1,1%	0,3%
Saúde e infra-estrutura	13.124	0,8%	0,3%	9.022	0,9%	0,2%
Esporte e lazer	1.155	0,1%	0,0%	2.689	0,3%	0,1%
Alimentação	604	0,0%	0,0%	479	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	4.436	0,3%	0,1%	1.790	0,2%	0,0%
Reassentamento de famílias	134.086	7,9%	2,8%	109.459	10,5%	2,7%
Total dos investimentos	164.024	9,6%	3,4%	138.561	13,3%	3,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	706.544	41,5%	14,6%	773.574	74,2%	19,4%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	164.794	9,7%	3,4%	222.707	21,4%	5,6%
Total - Relacionamento com a comunidade	1.035.362	60,8%	21,5%	1.134.842	108,9%	28,5%
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores			Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.			

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2008			Em 2007		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.675	0,6%	0,2%	7.869	0,8%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.689	0,2%	0,1%	2.187	0,2%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	66	0,0%	0,0%	95	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1.240	0,1%	0,0%	1.296	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	741	0,0%	0,0%	1.762	0,2%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	5	0,0%	0,0%	8	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	15.411	0,9%	0,3%	13.209	1,3%	0,3%
5 - Outras informações	2008		2007			
Receita Líquida (RL)	4.826.300		3.980.753			
Resultado Operacional (RO)	1.702.619		1.041.975			

Recife, 09 de março de 2009.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007 (Reclassificado)
ATIVO		
CIRCULANTE		
Numerário disponível	9.292	30.913
Aplicações no mercado aberto - nota 5	886.998	543.187
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	781.126	1.039.921
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 32	(499)	(190.504)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	72.103	10.983
Estoques - nota 8	74.392	71.066
Créditos fiscais - nota 9	31.000	86.814
Cauções e depósitos vinculados	8.003	48.064
Serviços em curso	104.937	84.548
Outros - nota 10	82.970	64.050
	2.050.322	1.789.042
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	74.145	112.704
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 32	(5.231)	(15.023)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	8.934	8.552
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	10.769
Créditos fiscais - nota 9	116.732	134.444
Outros - nota 10	6.431	6.216
	212.570	257.662
Investimentos - nota 11	250.344	157.673
Imobilizado - nota 12	16.214.918	16.230.656
Intangível - nota 13	32.048	32.695
Diferido	-	276
	16.709.880	16.678.962
TOTAL DO ATIVO	18.760.202	18.468.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007 (Reclassificado)
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores - nota 14	198.246	263.926
Folha de pagamento	8.363	7.608
Tributos e contribuições sociais - nota 15	107.178	214.893
Empréstimos e financiamentos - nota 16	468.487	467.687
Encargos de dívidas - nota 16	9.516	50.680
Participação nos lucros ou resultados - nota 26	61.143	54.504
Remuneração aos acionistas - nota 27	544.893	240.014
Obrigações estimadas	78.949	71.474
Entidade de previdência privada - nota 18	273.720	167.388
Pesquisa e Desenvolvimento	69.765	65.218
Outros - nota 17	104.291	101.011
	1.924.551	1.704.403
NÃO CIRCULANTE		
Tributos e contribuições sociais - nota 15	45.592	40.535
Empréstimos e financiamentos - nota 16	3.307.765	4.040.440
Entidade de previdência privada - nota 18	125.100	357.299
Pesquisa e Desenvolvimento	106.187	65.283
Provisões para contingências - nota 19	415.434	336.068
Outros - nota 17	62.423	57.972
	4.062.501	4.897.597
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social - nota 20	4.196.306	1.696.306
Reservas de capital - nota 20	4.916.199	7.416.199
Reservas de lucros - nota 20	3.366.249	2.459.103
	12.478.754	11.571.608
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	294.396
	12.773.150	11.866.004
TOTAL DO PASSIVO	18.760.202	18.468.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica - nota 21	752.897	622.417
Suprimento de energia elétrica - nota 21	2.883.454	2.550.355
Disponibilização do sistema de transmissão - nota 21	1.208.308	1.123.832
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	786.796	400.292
Outras receitas operacionais	8.912	8.540
	5.640.367	4.705.436
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Reserva Global de Reversão – RGR	(144.382)	(122.005)
ICMS sobre energia elétrica	(90.941)	(77.237)
Impostos Sobre Serviços – ISS	(404)	(467)
Pesquisa e Desenvolvimento	(48.260)	(40.215)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	(79.180)	(106.637)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(18.994)	(17.601)
Proinfa	(25.281)	(19.594)
Pis/Pasep	(72.514)	(60.799)
Cofins	(334.111)	(280.128)
	(814.067)	(724.683)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.826.300	3.980.753
CUSTO DO SERVICO DE ENERGIA ELÉTRICA - nota 23		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(43.236)	(173)
Encargos de uso da rede elétrica	(665.257)	(614.469)
Custo de operação		
Pessoal	(205.351)	(173.623)
Material	(11.358)	(13.528)
Combustíveis para a produção de energia	(335.281)	(37.020)
Serviço de terceiros	(47.381)	(48.241)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(164.794)	(222.707)
Depreciação e amortização	(546.465)	(542.450)
Outras	31.130	35.033
	(1.987.993)	(1.617.178)
	(392)	(3.865)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS - nota 23	2.837.915	2.359.710
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	(622.550)	(831.127)
DESPESAS OPERACIONAIS - nota 23	2.215.365	1.528.583
RESULTADO DO SERVIÇO		
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Renda de aplicações financeiras	76.854	27.237
Variação monetária e acréscimos moratórios - energia vendida	70.272	109.234
Outras variações monetárias ativas	2.492	771
Outras receitas financeiras	29.965	16.454
Pis/Pasep e Cofins	(608)	(14)
Encargos de dívidas	(487.669)	(573.671)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(83.363)	16.749
Outras variações monetárias passivas	(48.889)	(41.302)
Outras despesas financeiras	(24.033)	(42.066)
	(464.979)	(486.608)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		
Receitas	1.690	-
Despesas	(49.457)	-
	(47.767)	-
RESULTADO OPERACIONAL	1.702.619	1.041.975
Receita não operacional	-	3.292
Despesa não operacional	-	(9.417)
Resultado não operacional	-	(6.125)
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	1.702.619	1.035.850
Contribuição social - nota 24	(146.282)	(88.581)
Imposto de renda - nota 24	(401.645)	(240.632)
Incentivos fiscais - nota 25	343.251	-
Lucro antes das participações	1.497.943	706.637
Participação nos lucros ou resultados - nota 26	(60.652)	(54.007)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.437.291	652.630
Lucro líquido por ação (R\$)	34,46	15,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS A REALIZAR	LEGAL	ESTATUTARIAS	RETENÇÃO DE LUCROS	INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	RECURSOS DEST. A AUM. DE CAPITAL	TOTAL
SALDO EM 31/12/2006	1.696.306	7.416.199	528.420	232.583	8.179	1.277.291		-	294.396	11.453.374
Realização de reservas de lucros	-	-	(22.399)	-	-	-	-	22.399	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	652.630	-	652.630
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	32.631	-	-	-	(32.631)	-	-
Dividendos propostos - nota 27	-	-	-	-	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	402.398	-	(402.398)	-	-
SALDO EM 31/12/2007	1.696.306	7.416.199	506.021	265.214	8.179	1.679.689		-	294.396	11.866.004
Aumentos de capital	2.500.000	(2.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	-	-	-	-	-	-	-	14.730	-	14.730
Realização de reservas de lucros	-	-	(20.952)	-	-	-	-	20.952	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.437.291	-	1.437.291
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	54.702	-	-	-	(54.702)	-	-
Dividendos propostos - nota 27	-	-	-	-	-	-	-	(544.875)	-	(544.875)
Reserva de retenção de lucros (*)	-	-	-	-	-	530.145	-	(530.145)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (**)	-	-	-	-	-	-	343.251	(343.251)	-	-
SALDO EM 31/12/2008	4.196.306	4.916.199	485.069	319.916	8.179	2.209.834	343.251	-	294.396	12.773.150

(*) O valor de R\$ 530.145 mil, destinado à Reserva de retenção de lucros, correspondente à parcela não-distribuída do lucro líquido do exercício, integra as fontes de recursos que compõem o orçamento de investimentos da Companhia.

(**) Considerando o estabelecido no art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 11.638/2007, a parcela do lucro líquido do exercício decorrente de incentivos fiscais foi destinada à constituição da reserva de lucro denominada reserva de incentivos fiscais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007 (Reclassificado)
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	1.437.291	652.630
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	603.403	594.478
Variações monetárias e cambiais de longo prazo (líquidas)	87.272	21.006
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(36.154)	7.603
Equivaléncia patrimonial - nota 11	(16.467)	-
Energia livre - nota 32	(35.021)	(86.863)
Provisão para contingências	64.197	-
Baixa de investimentos	24.069	-
Passivo regulatório da transmissão	(5.470)	5.772
Outras	-	(1.623)
	2.123.120	1.193.003
Variação no Ativo Circulante		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	258.795	(157.426)
Estoques	(3.326)	(3.704)
Tributos e contribuições a recuperar	(61.120)	46.157
Adiantamentos a empregados	(17.009)	(3.440)
Cauções e depósitos vinculados	40.061	(44.141)
Créditos fiscais	55.814	(55.411)
Serviços em curso	(20.389)	(3.280)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(190.005)	141.683
Outros ativos operacionais	(1.911)	(16.322)
	60.910	(95.884)
Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	(65.680)	59.534
Imposto de renda e contribuição social	(116.816)	144.890
Obrigações estimadas	7.475	15.564
Participação nos lucros ou resultados	6.639	6.304
Encargos do consumidor a recolher	(8.205)	(7.485)
Pesquisa e Desenvolvimento	4.547	11.930
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(3.283)	(1.692)
TAC Comunidade Tuxá – Itaparica	25.724	-
Outros passivos operacionais	(1.100)	3.130
	(150.699)	232.175
Aplicação do Ativo Não Circulante (RLP)		
Títulos a receber – consumidores	75.218	323.939
Créditos fiscais	53.964	33.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.792)	(43.837)
Atualização crédito Finsocial	(382)	(8.552)
Outras	1.434	(3.037)
	120.442	301.758
Aumento do Passivo Não Circulante		
Provisões para contingências	15.168	30.634
Encargos do consumidor a recolher	35.471	19.174
Outros credores – Fachesf	(25.724)	-
	24.915	49.808
Total das atividades operacionais	2.178.688	1.680.860
Atividades de investimentos		
Aplicações nos Ativos Imobilizado e Intangível	(581.644)	(538.428)
Bens e direitos para uso futuro	(1.418)	(7.909)
Participações societárias permanentes	(82.597)	(34.337)
Outros	(1.338)	-
	(666.997)	(580.674)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	159.456	390.741
Encargos a pagar sobre empréstimos e financiamentos	454.869	529.758
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	32.989	(7.915)
Pagamentos de parcelas de C. P. de emprést. e financiamentos de natureza de L.P	(978.773)	(740.492)
Encargos financeiros pagos a acionistas e partes relacionadas	(472.156)	(459.123)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(42.615)	(89.420)
Remuneração paga aos acionistas	(248.236)	(211.294)
Entidade de previdência privada	(143.696)	(141.989)
Baixas dos Ativos Imobilizado e Intangível	20.388	27.525
Outros	28.273	7.258
	(1.189.501)	(694.951)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	322.190	405.235
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	574.100	168.865
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	896.290	574.100
VARIAÇÃO NO CAIXA	322.190	405.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007 (Reclassificado)
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas		
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	5.592.460	4.705.226
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	199.798	(96.566)
Perdas – Energia livre - nota 32	(210.940)	(185.839)
Resultado não operacional	-	(6.125)
	5.581.318	4.416.696
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Material	26.971	30.655
Combustíveis para a produção de energia	335.281	37.020
Serviço de terceiros	133.185	129.262
Energia elétrica comprada para revenda	43.236	173
Encargos de uso da rede elétrica	665.257	614.469
Outros	23.532	(3.581)
	1.227.462	807.998
(=) Valor Adicionado Bruto	4.353.856	3.608.698
(-) Retenções		
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	603.403	594.478
(=) Valor Adicionado Líquido	3.750.453	3.014.220
(+) Valor adicionado transferido		
Resultado de equivalência patrimonial - nota 11	16.467	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.470	13.139
Aluguéis	140	210
Receitas financeiras	155.646	140.557
	179.723	153.906
(=) Valor Adicionado a Distribuir	3.930.176	3.168.126
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Salários/benefícios/FGTS	414.456	362.391
Participação nos lucros ou resultados	60.652	54.007
Honorários da diretoria	1.700	1.797
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	21.546	34.799
Entidade de previdência privada – contribuições normais	33.988	28.857
	532.342	481.851
Governos:		
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	88.711	78.442
Tributos	706.544	773.574
Encargos regulatórios - nota 22	502.724	544.413
	1.297.979	1.396.429
Financiadores:		
Encargos financeiros, variação monetária e outros		
Eletrobrás	485.200	487.375
Outros financiadores	158.374	130.479
Aluguéis	18.990	19.362
	662.564	637.216
Acionistas:		
Dividendos - nota 27	544.875	240.000
Lucros retidos	892.416	412.630
Valor adicionado médio por empregado	3.930.176	3.168.126
	710	562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro do Bongi, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento - contratos iniciais - à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27/05/1998, a Companhia, que até então tinha o seu mercado focado na Região Nordeste, passou a ter penetração nacional, com atendimento às demandas das demais regiões do País, hoje tendo como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia com a geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.618 MW. A transmissão de energia é realizada por um sistema composto de 83 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e de 18.468 quilômetros de linhas de alta tensão.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças, entre as energias geradas e as vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A atividade de Transmissão e a consequente Receita Anual Permitida - RAP, estipulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cujo montante é anualmente reajustado, é suportada por Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT, todos vinculados ao Contrato de Concessão de Transmissão. Para as autorizações concedidas pela ANEEL, por meio de resoluções, para novos empreendimentos caracterizadas como Receita de Novos Investimentos - RBNI, estarão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 4 anos com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária. As demais instalações existentes quando da determinação do contrato de concessão, definidas como Receita de Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE têm a sua receita fixada e reajustada anualmente até o final da concessão, estabelecido para julho de 2015. Adicionando-se ao contrato de concessão existente, a Chesf vem assinando novos contratos de concessão para a prestação dos serviços de transmissão na Rede Básica, decorrentes de leilões de transmissão promovidos pela ANEEL. A receita obtida nesses leilões de transmissão é reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão - 30 anos - e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada 4 anos.

A partir de 01 de março de 1999, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da ANEEL, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

2 - DAS CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões e permissões:

CONCESSÕES/ PERMISSÕES	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada Em 2008 (MW médio/ano)	Data da Concessão/ Permissão	Data de Vencimento
USINAS					
Hidrelétricas					
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	59,457	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	107,934	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	162,325	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.176,744	03/10/1945	02/10/2015
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	84,568	03/10/1945	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	731,869	03/10/1945	03/10/2015
Xingó	São Francisco	3.162,000	1.788,775	03/10/1945	02/10/2015
Piloto	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
Araras	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
Funil	das Contas	30,000	8,296	25/08/1961	07/07/2015
Pedra	das Contas	20,007	2,314	25/08/1961	07/07/2015
Castelo Branco (B. Esperança)	Parnaíba	237,300	151,686	11/10/1965	10/10/2015
Sobradinho	São Francisco	1.050,300	355,226	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3,520	0,911	26/11/1974	25/11/2024
Termelétrica					
Camaçari	-	350,000	64,735	11/08/1977	10/08/2007(*)

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Contrato de Concessão nº 061/2001 – ANEEL:

Em serviço:

- 83 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e 18.260 km de linhas de alta tensão.

29/06/2001 07/07/2015

Contratos obtidos por meio de Leilões da ANEEL:

Em serviço:

- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208 km.

04/03/2005 03/03/2035

Em construção:

- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão aproximada de 120 km.
- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 200 km.
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 100 km.
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 180 km.
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão aproximada de 135 km.
- Linha de transmissão Jardim/Penedo (SE/AL), em 230 kV, com extensão aproximada de 110 km.
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 152 km.

04/03/2005 03/03/2035

20/04/2007 20/04/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

17/03/2008 17/03/2038

16/10/2008 16/10/2038

Obs.: Capacidade Utilizada corresponde à geração média, em MW, no período.

(*) Prorrogação solicitada à ANEEL, em 30/03/2005. Processo atualmente no MME para decisão.

A capacidade instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

A produção das usinas do Sistema Chesf é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamento que vão desde o nível anual até os diário e horário, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para atender aos requisitos energéticos do País de forma otimizada, levando em conta as necessidades do mercado, as disponibilidades hídrica e de máquinas, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por intermédio de um complexo sistema que interliga as diferentes regiões.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação societária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Desta forma, contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Medida Provisória nº 449/2008, e regulamentações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Com a mudança das práticas contábeis brasileiras instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, a Companhia optou, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565/2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, não reapresentar as cifras de 31 de dezembro de 2007 como se as novas regras já estivessem vigentes naquela data.

Assim, foi praticado o previsto no parágrafo 1º, do artigo 186, da Lei nº 6.404/1976, que estabelece que os ajustes decorrentes de mudança de critérios ou práticas contábeis devem ser lançados diretamente contra lucros acumulados. Com isso, a Companhia definiu 31 de dezembro de 2008 como a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis. Os ajustes decorrentes das mudanças dessas práticas contábeis, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 13, refletiram na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008.

As modificações introduzidas nas práticas contábeis brasileiras estão sumariamente resumidas a seguir:

I – Que afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia.

a) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR

Substituição da DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC. Consoante o item 51 do Pronunciamento Técnico CPC 03, a Companhia já vem adotando a prática de apresentar a DFC, deixando de apresentar a DOAR a partir destas Demonstrações Financeiras.

b) Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Inclusão da apresentação da DVA, que tem por finalidade demonstrar o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e da alocação da riqueza gerada. A Companhia já adotava a prática de apresentar a DVA.

c) Intangível

Criação, no Balanço Patrimonial, de novo grupo de contas denominado Intangível, para fins de registro de direitos incorpóreos destinados à manutenção e operação. A Companhia já havia criado este grupo de contas no seu Balanço Patrimonial.

d) Ativo Diferido

Eliminação do grupo de contas denominado Ativo Diferido. Dessa forma, a Companhia optou por alocar em outros grupos de ativos – Imobilizado e Intangível -, quando qualificáveis ou, por efetuar a baixa dos gastos diferidos que não puderam ser alocados em ativos, na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

e) Resultado não operacional

Foi eliminada a segregação entre os resultados operacionais e os não operacionais. Os valores até então registrados em contas representativas de resultados não operacionais passam a ser classificados e apresentados como Outras Receitas ou Outras Despesas no grupo Operacional.

f) Instrumentos Financeiros

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Companhia aplicou as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento Técnico CPC 14.

g) Ajuste a Valor Presente

Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes não cabendo, desta forma, a realização de ajustes.

h) Valor de Recuperação de Ativos

Em atendimento aos requisitos emanados da Deliberação CVM nº 527/2007, de 1º de novembro de 2007, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia analisou se havia indicações de que pudesse ocorrer perdas em seus ativos, considerados em conjunto, ou seja, como uma única unidade geradora de caixa, a fim de se verificar a sua recuperabilidade.

i) Equivalência Patrimonial

Conforme a alteração dos parâmetros para definição sobre quais investimentos deve ser adotado o método de avaliação pela equivalência patrimonial, a Companhia passou a aplicar essa forma de avaliação aos investimentos permanentes mantidos em empresas nas quais possua 20%, ou mais, de participação no capital votante ou exerça influência significativa sobre a administração da investida ou que faça parte de um mesmo grupo ou esteja sob controle comum.

j) Reserva de Capital – Doações e Subvenções para Investimentos

Em atendimento à Lei nº 11.638/2007, à Medida Provisória nº 449/2008 e ao Pronunciamento Técnico CPC 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, os saldos da reserva de capital – doações e subvenções para investimentos serão mantidos na conta até sua total utilização. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 as subvenções e assistências governamentais, passaram a ser reconhecidas como receitas e a parcela do lucro líquido delas decorrente, destinada para reserva de incentivos fiscais, com sua exclusão da base de cálculo do dividendo obrigatório.

k) Efeitos Tributários da Aplicação Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da MP nº 449/2008

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/PASEP e da COFINS, para o biênio 2008 – 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Desta forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e da MP nº 449/2008 foram registrados nestas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371/2002.

II – Que não afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia.

a) Arrendamento Mercantil

Obrigatoriedade de registro no Ativo Imobilizado dos direitos que a entidade detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades decorrentes de arrendamento mercantil financeiro, que transfiram ao arrendador os benefícios, riscos e controle sobre os bens. A administração da Companhia não identifica nenhuma operação que se enquadre no Pronunciamento Técnico CPC 06.

b) Remuneração baseada em ações

Os custos relacionados a remunerações baseadas em ações, concedidas aos executivos da entidade devem ser registrados e destacados nas Demonstrações Financeiras. A administração da Companhia não pratica remunerações que se enquadrem no Pronunciamento Técnico CPC 10 – pagamento baseado em ações.

c) Resultados de Exercícios Futuros

Eliminação, no Balanço Patrimonial, do grupo de contas denominado Resultados de Exercícios Futuros.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Criação, no Patrimônio Líquido, de subgrupo de contas denominado Ajuste de Avaliação Patrimonial, destinado ao registro de efeitos decorrentes da variação de taxas de câmbio em investimentos e conversões de Demonstrações Financeiras apresentadas em moedas funcionais distintas da investidora.

e) Reserva de Reavaliação

Em atendimento às novas regras contábeis instituídas fica proibida a reavaliação de ativos e o consequente reconhecimento de reserva de reavaliação. A Companhia não possui registro deste tipo de reserva.

III – Efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e disposições regulamentares, estão demonstrados a seguir:

	2008	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo conforme prática contábil anterior	1.459.247	12.758.420
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008:		
• Baixa do saldo do Ativo Diferido	-	(276)
• Baixa de Ativo Intangível	-	(13)
• Equivalência patrimonial	(13.233)	14.921
• Dividendos de investimentos avaliados por equivalência	(8.723)	-
• Diferenças temporárias de IR e CSLL	-	98
	(21.956)	14.730
Saldo conforme prática contábil atual	1.437.291	12.773.150

Reclassificações realizadas

Resultado

Receitas (despesas) não operacionais para Outras receitas (despesas) operacionais

2008
(47.767)

Para efeito de melhor apresentação e comparabilidade com o exercício atual, as colunas do Balanço Patrimonial do exercício anterior foram reclassificadas, quando aplicável, conforme a seguir:

	2008	2007	Reclassificado	Ajuste	Publicado
Balanço Patrimonial					
Ativo Circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	-		(32)	32
Reserva Global de Reversão	-	-		(11.141)	11.141
Outros	82.970	64.050		11.173	52.877
Ativo Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	-	-		(740)	740
Outros	6.431	6.216		740	5.476
Imobilizado	16.214.918	16.230.656		105.552	16.125.104
Intangível	32.048	32.695		(105.552)	138.247
Passivo Circulante					
Pesquisa e Desenvolvimento	69.765	65.218		(65.283)	130.501
Passivo Não Circulante					
Pesquisa e Desenvolvimento	106.187	65.283		65.283	-

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I - GERAIS

Efeitos inflacionários

- Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes dos Ativos Imobilizado e Intangível, Patrimônio Líquido e Obrigações vinculadas à Concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

Ativos Circulante e Não Circulante

- As aplicações financeiras no mercado aberto estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, apurados pelo critério pro-rata, que equivalem a seus valores de mercado;
- As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber;
- Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, sendo reconhecida eventual provisão para ajuste ao provável valor de realização;
- A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Companhia aplica as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento Técnico CPC 14;
- Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização;
- Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social, incidentes sobre diferenças temporárias e base negativa;
- As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas;
- Os investimentos em sociedades com influência significativa, ou com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo, ou estejam sob controle comum, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição, sendo os anteriores a 31 de dezembro de 1995 corrigidos monetariamente até aquela data;
- O Ativo Imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995; a depreciação é calculada pelo método linear. A partir de 1º de janeiro de 2007, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 240, de 05/12/2006, que se situam entre 2% a.a. e 20% a.a. (nota 12);
- Conforme dispensa prevista no Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, a Companhia efetuará a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica de seus bens a partir de 1º de janeiro de 2009. Para os bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica a Companhia segue a estimativa de vida útil econômica estipulada pela ANEEL;

- Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso, limitada a 10% dos gastos diretos com pessoal e serviços de terceiros registrados nessas obras;
- De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redutor do Ativo Imobilizado (notas 12.a e 12.d);
- Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Ativo Imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo (nota 12.c);
- Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, com origem em arrendamentos mercantis financeiros são, quando aplicáveis, registrados no Ativo Imobilizado em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada;
- Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no ativo imobilizado e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.
- No Ativo Intangível são reconhecidos os gastos inerentes à aquisição de softwares corporativos, deduzidos da amortização acumulada. Os gastos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos, quando incorridos, como despesa do exercício.

Passivos Circulante e Não Circulante

- Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço;
- As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício;
- Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço;
- As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas;
- Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Patrimônio Líquido

- Os lucros a realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária apropriados à reserva até 1995, são revertidos a Lucros Acumulados, proporcionalmente às baixas e depreciação do Ativo Imobilizado e às baixas e amortização do Ativo Intangível;
- Os recursos destinados a aumento de capital, desde que revestidos da característica de irreversibilidade, estão registrados neste grupo.

Resultado

- É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem no incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no lucro da exploração (nota 25);
- A escrituração das contas de resultado está de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, da ANEEL, de 26/10/2001, com a segregação dos gastos e receitas por atividades de geração e transmissão, permitindo a apuração do resultado contábil de cada segmento (nota 30);
- As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos;
- Em atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, as variações cambiais são totalmente reconhecidas no resultado do exercício.

Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC e do Valor Adicionado - DVA

- A Companhia vem divulgando estas demonstrações em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica;
- A DFC, estabelecida como obrigatória na Lei das S.A. por força da modificação introduzida pela Lei nº 11.638/2007, está regulada pelo Pronunciamento Técnico CPC 03. O pronunciamento foi aprovado e tornado obrigatório pela Deliberação CVM nº 547/2008 e pela Resolução CFC nº 1.125/2008. A Companhia tem utilizado o método indireto para a evidenciação do Fluxo de Caixa das atividades operacionais;
- A DVA foi tornada obrigatória para as companhias abertas pela Lei nº 11.638/2007, mas o Pronunciamento Técnico CPC 09 recomenda a sua elaboração como parte das demonstrações contábeis para todas as sociedades que divulgam demonstrações contábeis. Este Pronunciamento foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e pela Resolução CFC nº 1.138/2008.

Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinados o tamanho de eventuais perdas. A Companhia calcula o montante estimado da recuperação tomando por base a unidade geradora de caixa a qual pertence o conjunto de seus ativos. Na definição da unidade geradora de caixa levou-se em consideração os seguintes aspectos:

1. O componente executa atividades que geram receitas (inclusive operações internas) e incorrem em despesas (incluindo as transações com outros componentes da mesma empresa);

2. Os resultados operacionais do componente são regularmente revistos pelo gestor, permitindo o acompanhamento de sua performance e decidindo sobre a alocação de recursos naquela atividade.
3. Exige a disponibilidade de informações sobre aquele componente organizacional, de modo a proporcionar a segmentação da informação.

As características acima apresentadas não estão condizentes com o modelo de gestão da companhia para seus ativos individuais, ou seja, usinas, linhas de transmissão ou outros ativos.

A Companhia pratica sua gestão voltada ao conjunto de ativos não tendo como segregar com precisão as informações acima listadas. Por essa razão a companhia definiu como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Caso o montante do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa seja menor que o valor contábil, este é reduzido ao seu provável valor de recuperação. A perda correspondente (*impairment*), a não recuperabilidade do ativo ou da unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos (*impairment*) reconhecida no passado é revertida, total ou parcialmente, com efeito no resultado do exercício, para ajustar o ativo ao seu provável valor de recuperação, limitado ao valor contábil original do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia analisou se existem indicações de que essa perda possa ter ocorrido. Tais premissas estão apresentadas a seguir:

Fontes externas de informação:

- (a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;
- (d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.

Fontes internas de informação:

- (a) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (b) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida;

(c) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

De acordo com estas premissas, a Companhia não identificou uma possível desvalorização dos seus ativos.

II - ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

Plano de Contas

- A Companhia adota o plano de contas, parte integrante do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, com última atualização formalizada em 26 de dezembro de 2008, por meio da Resolução ANEEL nº 4.815.

Ativos e Passivos Regulatórios

- Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contratos de concessão, que têm como objetivos, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

- Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

Reserva Global de Reversão - RGR

- Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2010, por intermédio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão fica a cargo da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA

- Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

- Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A gestão da sua arrecadação fica a cargo da ANEEL. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH = TAR x GH x 6,75%, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela ANEEL (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC

- Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoelétricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoelétrica dos sistemas isolados. Sua gestão está a cargo da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

- Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela ANEEL; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

- Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a ANEEL e os próprios agentes.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE

- Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos e sua gestão fica a cargo da ANEEL.

5 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2008	2007
<u>Aplicações no Mercado Aberto</u>					
BB-DTVM	Fundo Extra-mercado	-	12,11%	886.998	543.187
<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>					
Participações minoritárias	Ações Provisão para perdas	-	J.C.P/Dividendos	45 (8) 37	42 (10) 32
Tesouro Nacional	NTN-Série P NTN-Série P NTN-Série P	09/07/2012 09/07/2014 28/12/2015	TR + 6% a.a. TR + 6% a.a TR + 6% a.a	330 157 291 778	315 149 276 740
TOTAL				815	772
Circulante				37	32
Não Circulante				778	740

- Aplicações no Mercado Aberto

Neste grupamento estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25/05/2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

- Títulos e Valores Mobiliários

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estando ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante;

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo e estão classificados como títulos mantidos até o vencimento.

6 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

	A vencer	Vencidos			Total	
		Até 90 dias	há mais de 90 dias	Total	2008	2007
Consumidores industriais:						
Com. de energia – Contratos	57.766	7.987	126.086	134.073	191.839	160.059
Recomp. Tarif. Extraordinária	-	-	-	-	-	32.782
Concessionárias e Permissionárias:						
Com. de energia – Contratos	466.404	9.783	19.535	29.318	495.722	499.114
Comercialização na CCEE	11.984	-	-	-	11.984	89.887
Energia Livre – resarcimento (*)	20.938	-	-	-	20.938	253.441
Conexão ao sist. de transmissão	5.408	3.151	5.154	8.305	13.713	9.043
Disp. do sistema de transmissão	113.228	1.165	6.682	7.847	121.075	108.299
	675.728	22.086	157.457	179.543	855.271	1.152.625
Circulante					781.126	1.039.921
Não Circulante					74.145	112.704

(*) nota 32

• CRÉDITOS RENEGOCIADOS

Parte dos créditos a receber antes relacionados, sofreram renegociação conforme a seguir:

Devedor	2008			2007
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Libra S.A.	7.190	-	7.190	5.616
Rio Doce Manganês S.A.	84.980	-	84.980	72.998
Cepisa	71.972	63.159	135.131	132.571
Total	164.142	63.159	227.301	211.185

Os créditos de energia renegociados têm as seguintes características:

- **Libra S.A.** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 mil, com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m..
- **Rio Doce Manganês S.A.** – Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Acordo para Pagamento, firmado entre a Chesf e a empresa SIBRA, atual Rio Doce Manganês S.A., datado de 30/06/1995, no montante de R\$ 21.915 mil, com pagamento em 120 parcelas mensais, vencíveis a partir de 31/03/1997, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 6% a.a..
- **Cepisa** – Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2007, datado de 01/07/2007, no montante de R\$ 121.569 mil, pagável em 52 parcelas mensais, a partir de 03/09/2007, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m..

7 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2008			2007
	Circulante	Não Circulante	Total	Total (Reclassificado)
IRPJ/CSLL	63.361	-	63.361	217
IR Fonte	390	-	390	390
Finsocial	1.276	8.934	10.210	9.621
Pis/Pasep	1.028	-	1.028	1.261
Cofins	4.735	-	4.735	5.809
Outros	1.313	-	1.313	2.237
	72.103	8.934	81.037	19.535

8 - ESTOQUES

	2008	2007
Matéria-prima p/produção de energia elétrica	5.767	-
Material:		
Almoxarifado	54.039	55.125
Transformação, fabricação e reparo de material	1.005	1.116
Emprestado	2	8
Destinado a alienação	8.956	12.027
Movimentação interna – investimento	1.056	-
	65.058	68.276
Compras em curso	2.051	1.983
Adiantamentos a fornecedores	1.516	807
Total	74.392	71.066

9 - CRÉDITOS FISCAIS

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos contabilmente em seus Ativos Circulante e Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, nos termos da Deliberação CVM nº 273, de 20/08/1998, créditos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, no valor de R\$ 147.732 mil, resultantes de diferenças temporárias e de base negativa da contribuição social, estando distribuídos da seguinte forma:

	2008	2007
Diferenças temporárias		
. Portaria DNAEE nº 250/1985 - efeito credor em 1994	93.477	98.943
. Provisões para contingências	215.150	150.954
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.729	205.527
. Provisão para perdas – estudos e projetos	44.684	-
. Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	289	-
. Outras provisões	14.979	14.706
	374.308	470.130
Base negativa da contribuição social	320.890	781.313
	695.198	1.251.443
Créditos Fiscais		
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	93.577	117.533
. Contribuição social sobre diferenças temporárias (provisões)	25.275	33.407
. Contribuição social sobre base negativa	28.880	70.318
	147.732	221.258
Circulante	31.000	86.814
Não Circulante	116.732	134.444

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação da alíquota de 9%, para a contribuição social, e alíquota adicional de 10%, além da alíquota de 15% sobre a base de cálculo do imposto de renda, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais correspondentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a base negativa tiveram, neste exercício, utilizações no total de R\$ 41.651 mil. Resta ser utilizado o montante de R\$ 28.880 mil, sobre uma base de cálculo negativa de R\$ 320.890 mil. O Estudo Técnico elaborado pela Administração, revisado na data-base de 31/12/2008, demonstra a previsão de realização total desse valor no próximo exercício, tendo sido, portanto, contabilizado no Ativo Circulante.

Os créditos fiscais, relativos a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias – provisões para contingências, provisões para crédito de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007 e efeitos inflacionários registrados no Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 118.852 mil – R\$ 2.120 mil, no Ativo Circulante, e R\$ 116.732 mil, no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo - serão realizados de acordo com o desfecho das ações judiciais, com o resarcimento de energia livre, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, amortização dos itens ajustados e com a realização do Ativo Imobilizado, respectivamente.

Estas estimativas são periodicamente revisadas de modo a refletirem, nas Demonstrações Contábeis, eventuais alterações na realização desses valores.

• PIS/PASEP E COFINS - INCONSTITUCIONALIDADE

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui crédito fiscal potencial de Pis/Pasep, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de Cofins, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que, atualizados até o final deste exercício correspondem, respectivamente, a R\$ 18.737 mil e R\$ 130.599 mil, no total de R\$ 149.336 mil.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, com recurso administrativo na Secretaria da Receita Federal com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável em primeira instância. As ações encontram-se, atualmente, em fase de Recursos Especial e Extraordinário, pendentes de apreciação pelos Tribunais Superiores.

10 - OUTROS ATIVOS

	2008			2007
	Circulante	Não Circulante	Total	Total (Reclassificado)
Adiantamentos a empregados	26.078	-	26.078	9.069
Títulos e valores mobiliários	37	778	815	772
Reserva Global de Reversão	650	-	650	11.141
Financiamentos a terceiros	367	-	367	3.445
Alienações em curso	5.261	-	5.261	4.840
Desativações em curso	11.383	-	11.383	7.817
Prêmios de seguros	2.277	-	2.277	2.008
Gastos reembolsáveis	1.437	-	1.437	1.628
Alienações de bens e direitos	4.007	-	4.007	3.764
Adiantamentos a fornecedores	5.681	-	5.681	4.061
Adiantamentos à Eletropar	5.279	1.456	6.735	1.456
FGTS / Conta-Empresa	-	3.513	3.513	3.338
Dividendos a receber	9.942	-	9.942	2.888
Serviços prestados a terceiros	3.408	-	3.408	901
Outros	7.163	684	7.847	13.138
	82.970	6.431	89.401	70.266

11 - INVESTIMENTOS

Composição:

	2008	2007
1. Participações societárias		
<u>Coligadas</u>		
Equivalência Patrimonial		
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	112.780	97.020
• Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa	22.893	18.000
• Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	31.790
• Energia Sustentável do Brasil S.A.	50.002	-
Outras participações	613	638
	248.273	147.448
2. Outros Investimentos		
• Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	-	7.909
• Outros	2.071	2.316
	2.071	10.225
Total	250.344	157.673

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, participou do leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

A Companhia e a Alusa, neste sentido, constituíram a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., em 27/10/2003, com o objetivo de construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alusa 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro/2005 e a operação comercial iniciada em janeiro/2006.

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para a operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.920 mil. A Companhia também registrou, no exercício, receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 15.605 mil.

Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa

A Companhia também possui parceria na atividade de transmissão de energia com a empresa Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa, constituída em 20/12/2005, com participação de 12% do capital. O objeto social da Intesa é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A Intesa possui capital autorizado de R\$ 150 milhões em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os demais participantes da sociedade são: Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 51%, e Eletronorte, com 37%. A operação comercial da Intesa teve início em 30/05/2008. A Companhia registrou, no exercício, receita de equivalência patrimonial no montante de R\$ 862 mil.

Energética Águas da Pedra S.A.

Ainda no âmbito dos investimentos a Companhia mantém como coligada na atividade de geração de energia a empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 03/04/2007, na qual possui participação de 24,5%, juntamente com a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%). A referida empresa teve origem no Consórcio Aripuanã, ganhador do leilão nº 004/2006-ANEEL, realizado em 10/10/2006, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760,8 milhões. A UHE Dardanelos será implantada no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 a 2041. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu contrato de concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS.

Energia Sustentável do Brasil S.A.

A Companhia possui participação de 20% no capital social da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., constituída em 15/07/2007, coligada da atividade de geração, juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., 50,1%, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., 20%, e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., 9,9%. A Companhia associou-se à referida empresa para participar do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau -, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013, cujo consórcio foi o vencedor. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu contrato de concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

Empresa criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Itacoatiara (AM), com extensão aproximada de 374 km, e Itacoatiara (AM) – Cariri (AM), com 212 km de extensão aproximada, construção da subestação Itacoatiara em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato, da qual a Companhia possui 19,5% do seu capital social, juntamente com as empresas Abengoa Holding, da Espanha, com 30%, Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia, com 20,5%, e a Eletronorte, com 30%. O investimento total orçado é de R\$ 1.114 milhões, com início de operação previsto para outubro/2011.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Companhia também participa da empresa coligada da atividade de transmissão, Interligação Elétrica do Madeira S.A., criada a partir do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual possui 24,5% do capital social. A referida sociedade, constituída em 18/12/2008, tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV/ +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado com a União, por meio da ANEEL.

Equivalência Patrimonial

Coligadas	Participação (%)	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 31/12/2008	Resultado da Equivalência
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49	112.780	230.164	31.353	15.605
Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa	12	22.893	190.773	2.016	862
Energética Águas da Pedra S.A.	24,5	61.985	253.000	-	-
Energia Sustentável do Brasil S.A.	20	50.002	250.010	-	-

Demonstração da Movimentação dos Investimentos

Coligadas	Saldo em 31/12/2007	Aumento de Capital	Ajuste imaterial decorrente da Lei nº 11.638/2007	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2008
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	97.020	-	4.509	15.605	(4.354)	112.780
Integração Transm. de Energia S.A. – Intesa	18.000	2.400	1.688	862	(57)	22.893
Energética Águas da Pedra S.A.	31.790	30.195	-	-	-	61.985
Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	50.002	-	-	-	50.002
TOTAL	146.810	82.597	6.197	16.467	(4.411)	247.660

12 - IMOBILIZADO

a) Imobilizado segregado por natureza e atividade

	2008	2007 <small>(Reclassificado)</small>
Em Serviço	15.080.926	14.901.169
Em Curso	1.289.859	1.485.128
	16.370.785	16.386.297
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.867)	(155.641)
	16.214.918	16.230.656

	Taxas mádias anuais de depreciação (%)	2008			2007	
		Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor líquido (Reclassificado)
Em serviço						
Geração	2,41	17.319.003	(6.940.820)	(93.273)	10.284.910	10.456.755
Transmissão	2,98	7.479.588	(3.321.142)	(25.848)	4.132.598	3.866.897
Administração	7,18	1.030.983	(486.686)	(36.746)	507.551	421.876
		25.829.574	(10.748.648)	(155.867)	14.925.059	14.745.528
Em curso						
Geração		195.185	-	-	195.185	169.214
Transmissão		1.015.348	-	-	1.015.348	1.181.160
Administração		79.326	-	-	79.326	134.754
		1.289.859	-	-	1.289.859	1.485.128
		27.119.433	(10.748.648)	(155.867)	16.214.918	16.230.656

b) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 240, de 05/12/2006, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30/11/1994.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<u>Geração</u>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de comando	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,0
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbogerador	4,0
<u>Transmissão</u>	
Banco de capacitores	5,0
Barramento	2,5
Chave	3,3
Disjuntor	3,0
Estrutura de suporte	2,5
Estrada de acesso	4,0
Estrutura em LT	2,5
Painel de comando	3,0
Reator	2,8
Sistema de aterramento	2,5
Transformador de força	2,5
Transformador de medida	3,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	10,0
Veículos	20,0

c) Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com o item 4 da Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, e com a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/1996, parte dos encargos financeiros e efeitos inflacionários foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	2008	2007		
	Geração	Transmissão	Total	Total
Encargos financeiros totais	431.672	72.548	504.220	593.137
(-)Transferência para o imobilizado em curso	(1.351)	(15.200)	(16.551)	(19.466)
Efeito líquido no resultado	430.321	57.348	487.669	573.671
Efeitos inflacionários totais	80.279	7.252	87.531	(18.341)
(-)Transferência para o imobilizado em curso	(733)	(3.435)	(4.168)	1.592
Efeito líquido no resultado	79.546	3.817	83.363	(16.749)

d) Obrigações vinculadas à Concessão

A partir de 01 de janeiro de 1996, essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	2008	2007
Participação da União	108.052	108.052
Contribuições de consumidores	3.344	3.344
Doações e subvenções destinadas a investimentos	43.865	43.865
Pesquisa e Desenvolvimento	606	380
155.867	155.641	

A participação da União refere-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

As Contribuições de consumidores referem-se a recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupoamento não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na Concessão. A Companhia não identifica, em suas operações, bens de valores relevantes considerados inservíveis.

13 – INTANGÍVEL

- Intangível segregado por natureza e atividade

	Taxas mádias anuais de amortização (%)	2008			2007
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido (Reclassificado)
Em serviço					
Geração	20,00	416	(125)	291	374
Transmissão	20,00	34	(8)	26	23
Administração	20,00	38.379	(8.743)	29.636	25.193
		38.829	(8.876)	29.953	25.590
Em curso					
Geração		32	-	32	28
Transmissão		63	-	63	31
Administração		2.000	-	2.000	7.046
		2.095	-	2.095	7.105
		40.924	(8.876)	32.048	32.695

14 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

		2008	2007
Circulante			
Materiais e serviços		116.709	195.300
Energia elétrica:			
Energia livre		3.038	-
CCEE		2.737	3
Encargos de uso da rede elétrica:			
Eletronorte		6.804	6.429
Eletrosul		6.196	5.749
Furnas		14.327	12.362
CTEEP		10.123	9.859
Cemig		3.416	3.223
TSN		3.291	3.020
Outros		31.605	27.981
Total		198.246	263.926

15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	2008			2007
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
IRPJ	-	-	-	138.594
CSLL	28.074	-	28.074	6.296
COFINS	27.027	-	27.027	28.104
ICMS	8.985	-	8.985	9.899
ICMS diferido	-	45.592	45.592	40.535
INSS	10.647	-	10.647	9.945
PIS/PASEP	5.867	-	5.867	6.100
IRRF	16.861	-	16.861	6.071
FGTS	3.838	-	3.838	2.853
Outros	5.879	-	5.879	7.031
	107.178	45.592	152.770	255.428

16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas nacional e estrangeiras, são as seguintes:

a) Composição:

	Circulante		Não Circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Principal	2008	2008	2007
<u>Moeda Estrangeira</u>						
Eletrobrás	53.871	-	153.997	207.868	200.791	
Instituições financeiras	55.841	317	-	56.158	90.480	
	109.712	317	153.997	264.026	291.271	
<u>Moeda Nacional</u>						
Eletrobrás	358.775	-	2.834.362	3.193.137	4.010.450	
Banco do Brasil	-	9.193	249.966	259.159	257.086	
Banco do Nordeste	-	6	69.440	69.446	-	
	358.775	9.199	3.153.768	3.521.742	4.267.536	
Total	468.487	9.516	3.307.765	3.785.768	4.558.807	

b) A dívida com instituições financeiras, em moedas estrangeiras, está garantida por avais do Governo Federal; o empréstimo com o Banco do Brasil está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor. Para o montante de R\$ 3.235.758 mil dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobrás, não foram solicitadas garantias. Entretanto, a critério do credor, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecer-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Eletrobrás, têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados.

- c) Os principais indexadores, utilizados na atualização dos empréstimos e financiamentos, tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

<u>Indexador</u>	Variação anual (%)	
	2008	2007
US\$	31,94	-17,15
Eur	24,13	-7,50
IGP-M	4,75	7,75
IPCA	5,90	4,45

- d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

<u>Moeda (equivalente em R\$)/Indexador</u>	2008		2007	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Moeda Estrangeira				
US\$	207.868	5,49	200.791	4,41
Eur	56.158	1,48	90.480	1,99
	264.026	6,97	291.271	6,40
Moeda Nacional				
Sem atualização (*)	3.174.904	83,86	3.471.548	76,15
Sem atualização (**)	69.446	1,84	-	-
IGP-M	-	-	538.902	11,82
CDI	259.159	6,85	257.086	5,63
IPCA	18.233	0,48	-	-
	3.521.742	93,03	4.267.536	93,60
Total	3.785.768	100,00	4.558.807	100,00

(*) Do total contratado com a Eletrobrás, R\$ 3.174.904 mil são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 3.027.890 mil (95,37%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 146.751 mil (4,62%) e R\$ 263 mil (0,01%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

(**) Total contratado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a. e bônus de 25% por pontualidade.

- e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 3.307.765 mil, tem seus vencimentos assim programados:

	2008		2007
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2009	-	-	475.924
2010	390.185	49.329	439.514
2011	336.090	51.306	387.396
2012	612.478	53.362	665.840
2013	339.498	-	339.498
2014	372.553	-	372.553
2015	409.070	-	409.070
Após 2015	693.894	-	693.894
Total	3.153.768	153.997	3.307.765
			4.040.440

- f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	Mercado Interno	Mercado Externo
	(% a.a.)	(% a.a.)
Taxas Fixas		
2008	5,00 a 10,00	-
2007	5,00 a 10,00	-
Taxas Variáveis		
2008	14,40	3,94 a 7,55
2007	4,45 a 11,65	6,19 a 7,55

- g) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	574.644	3.923.067	98.836	333.569
Em 31 de dezembro de 2006				
Ingressos	-	390.741	-	-
Encargos	517.300	-	27.988	-
Variações monetária e cambial	2.913	34.253	(10.828)	(44.641)
Transferências	511.239	(511.239)	85.310	(85.310)
Pagamentos de principal e encargos	(1.175.382)	-	(113.653)	-
Em 31 de dezembro de 2007	430.714	3.836.822	87.653	203.618
Ingressos	-	159.456	-	-
Encargos	455.914	-	17.603	-
Variações monetária e cambial	7.097	15.216	25.892	39.327
Transferências	857.726	(857.726)	88.948	(88.948)
Pagamentos de principal e encargos	(1.383.477)	-	(110.067)	-
Em 31 de dezembro de 2008	367.974	3.153.768	110.029	153.997

17 – OUTROS PASSIVOS

	2008			2007
	Circulante	Não Circulante	Total	Total (Reclassificado)
Comp. fin. pela utilização de recursos hídricos	33.112	-	33.112	36.395
Encargos do consumidor a recolher	19.049	54.539	73.588	46.322
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.819	-	1.819	1.304
Entidade de previd. privada – contribuição normal	6.784	-	6.784	5.893
Outros credores – CEEE	974	-	974	4.012
Aquisição de imóveis – acampamento	4.605	-	4.605	2.623
Passivo regulatório da transmissão	574	302	876	16.732
TAC Comunidade Tuxá – Itaparica	25.724	-	25.724	25.724
FGTS / Conta-Empresa	-	3.513	3.513	3.338
Eletropar	-	1.456	1.456	1.456
Outros	11.650	2.613	14.263	15.184
	104.291	62.423	166.714	158.983

18 - PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

Considerando o efeito acumulado desde a implantação dos princípios contábeis da Deliberação CVM nº 371/2000, no resultado consolidado, os Planos patrocinados pela Chesf junto à Fachesf acumularam perdas, em 31/12/2008, que montavam a quantia de R\$ 220.225 mil. A alteração da situação dos Planos, que acumulavam ganhos consolidados de R\$ 14.356 mil, em 31/12/2007, teve como principal causa a perda financeira decorrente da rentabilidade obtida pelos Planos neste exercício em relação à meta atuarial registrada no mesmo período.

Na forma dos itens 53 e 54 da citada Deliberação, os ganhos/perdas que excedem a 10% do maior entre o Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial e o Valor Justo dos Ativos do Plano, estão sendo reconhecidos pelo serviço médio dos Participantes Ativos dos Planos.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM nº 371/2000, na data-base de 31/12/2008.

Características Básicas do Plano de Benefícios

A Fachesf administra, em favor dos empregados da Chesf, 03 (três) Planos de Aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante, no futuro. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram por se transferir do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

1. Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que excede o maior valor entre 10% do Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes do plano, conforme item 53 do Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

2 - Estatísticas sobre os Dados Cadastrais

POPULAÇÃO	Posição em 31/12/2008				Posição em 31/12/2007
	Plano BD	Plano BS (*)	Plano CD	Total (*)	
1. Participantes ativos	65	2.361	5.572	7.998	7.980
2. Beneficiários:					
2.1. Aposentados	5.288	241	295	5.824	7.264
2.2. Pensionistas	1.281	59	95	1.435	1.371
Soma (2)	6.569	300	390	7.259	8.635
TOTAL (1+2)	6.634	2.661	5.962	15.257	16.615

(*) Deve-se considerar que a população do Plano BS está também incluída no Plano CD, portanto distorcendo o total.

CARACTERISTICAS ETÁRIAS	Posição em 31/12/2008				Posição em 31/12/2007
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total	
1. Participantes ativos					
1.1. Idade Média	56,0	53,8	47,9	49,7	48,9
1.2. Serviço Creditado (total)	30,5	28,6	21,4	23,6	22,9
1.3. Tempo para Aposentadoria	8,0	4,9	12,1	9,9	7,7
2. Aposentados					
2.1. Idade Média	66,2	59,9	59,3	65,6	64,2
2.2. Expectativa de sobrevida	18,8	23,4	24,0	19,3	18,9
3. Pensionistas					
3.1. Idade Média	64,0	49,3	49,0	62,4	61,1
3.2. Expectativa de sobrevida	21,1	39,1	39,2	23,0	22,5
SALÁRIOS E BENEFÍCIOS					
1. Participantes ativos					
1.1 Salário Médio em R\$	6.522,70	6.586,30	5.973,19	6.158,65	4.513,86
2. Aposentados					
2.1 Benefício Médio em R\$	2.445,22	2.191,23	338,46	2.328,00	1.925,95
3. Pensionistas					
3.1 Benefício Médio em R\$	975,33	803,22	570,46	941,45	788,78

3 - Estado de Equilíbrio Consolidado

I - OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS	2009 (Projeção)	2008	2007
(a) No inicio do exercício	3.439.968	3.282.761	2.999.667
(b) Custo de Serviço	68.782	896	791
(c) Custo dos Juros	359.472	359.637	328.497
(d) Benefícios Pagos	(215.719)	(205.773)	(179.690)
(e) Novos Ingressos Plano CD		-	45.297
(f) (Ganhos) e Perdas:		2.447	88.199
(g) No fim do exercício	3.652.503	3.439.968	3.282.761

II – ATIVOS GARANTIDORES

(a) No inicio do exercício	2.820.923	2.772.430	2.201.712
(b) Retorno esperado dos ativos	262.864	311.072	248.920
(c) Contribuições e aportes	176.042	167.605	237.258
(d) Benefícios Pagos	(215.719)	(205.773)	(179.690)
(e) Ganhos e (Perdas)	-	(224.411)	264.230
(f) No fim do exercício	3.044.110	2.820.923	2.772.430
III- ESTADO DE COBERTURA	(608.393)	(619.045)	(510.331)
No fim do Exercício			

4 – (Ganhos) e Perdas Acumulados

	2008	2007
(a) No inicio do exercício	(14.356)	165.017
(b) Nas obrigações do ano	2.447	88.199
(c) Nos ativos garantidores	224.411	(264.230)
(d) Amortizações	7.723	(3.342)
(e) No fim do exercício	220.225	(14.356)
(f) Limite de diferimento	343.997	328.276
(g) Prazo de diferimento	9,9	7,7
(h) Reconhecimento exercício seguinte	-	7.723

5 – Custo Periódico do Plano

	2009 (Projeção)
(a) Custo do Serviço	68.782
(b) Custo dos Juros	359.472
(c) Retorno esperado nos ativos	(262.864)
(d) Contribuições de Participantes	(39.599)
(e) Amortizações	-
Total do Custo de Curto Prazo	125.791

6 - Reconciliação do Passivo

Posição em 31/12/2008

	(Passivo)/Ativo Líquido Total
Valor no início do exercício	(524.687)
Custo do Serviço Corrente	(896)
Custo dos Juros	(359.637)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	311.072
Amortizações	7.723
Ganhos ou perdas atuariais	-
Contribuições pagas	167.605
Benefícios especiais de desligamento	-
Outras despesas	-
Outros ajustes	-
Valor no final do exercício	(398.820)

7 – Hipóteses Atuariais e Financeiras

Tábua de Mortalidade Geral	AT 83
Tábua de Entrada em Invalidez	Mercer e AT 49
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Mercer e AT 49
Tábua / Taxa de Rotatividade	Nula
Taxa de Juros Atuarial	6,0% a.a.
Taxa de Inflação Projetada	5,2% a.a.
Taxa de Retorno de Curto Prazo	11,51% a.a.

Taxa de Crescimento Real de Salários	2,45% a.a.
Fator de Capacidade de Benefícios	1,00
Fator de Capacidade Salarial	1,00
Taxa de Incremento de Custos da Saúde	1,0% a.a.

8 - Outros Programas de Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 80.344 mil (R\$ 67.373 mil, em 2007).

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e de inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e de inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

9 – Características da Massa Segurada

	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
Segurados titulares	3.730	4.334	8.064
Segurados agregados	1.322	1.736	3.058
População titular potencial	5.636	5.583	11.219
Nível de adesão	0,66	0,78	0,72
Prêmios anuais (em R\$ mil)	9.340	10.935	20.275
Salários/Benefícios médios (em R\$)	3.925	3.545	3.721
Sinistros pagos em 2008 (em R\$ mil)	1.841	12.067	13.908

10 - Estado de Equilíbrio Consolidado

I - OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS

	2009 (Projeção)	2008 (**)
(a) No inicio do exercício	117.363	-
(b) Custo de Serviço	7.633	-
(c) Custo dos Juros	4.206	-
(d) Benefícios Pagos (*)	(3.999)	-
(e) (Ganhos) e Perdas	-	117.363
(f) No fim do exercício	125.203	117.363

II – ATIVOS GARANTIDORES

(a) No inicio do exercício	-	-
(b) Retorno esperado dos ativos	-	-
(c) Contribuições e aportes	-	-
(d) Benefícios Pagos	-	-
(e) Ganhos e (Perdas)	-	-
(f) No fim do exercício	-	-

III- ESTADO DE COBERTURA

No fim do Exercício

(*) Considerada apenas a parcela subsidiada pela Companhia nos sinistros a pagar para inativos.

(**) Consolidação das Obrigações futuras com Ativos (R\$ 37.183 mil) e Inativos (R\$ 80.180 mil).

(125.203)

(117.363)

11 – (Ganhos) e Perdas Acumulados

	2008	2007
(a) No inicio do exercício	-	-
(b) Nas obrigações do ano	117.363	-
(c) Nos ativos garantidores	-	-
(d) Amortizações	-	-
(e) No fim do exercício	117.363	-
(f) Limite de diferimento	11.736	-
(g) Prazo de diferimento	9,9	-
(h) Reconhecimento exercício seguinte	10.669	-

12 – Custo Periódico do Seguro

	2009 (Projeção)
(a) Custo do Serviço	7.633
(b) Custo dos Juros	4.206
(c) Retorno esperado nos ativos	-
(d) Contribuições de Participantes	-
(e) Amortizações	10.669
Total do Custo de Curto Prazo	22.508

19 – CONTINGÊNCIAS

	Provisão em 31/12/2007	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2008	Depósitos judiciais	Provisão líquida em 31/12/2008	Provisão líquida em 31/12/2007
Trabalhistas	58.964	21.401	(10.726)	69.639	(56.950)	12.689	13.840
Cíveis	373.791	94.336	(14.733)	453.394	(59.419)	393.975	313.907
Fiscais	8.321	508	(59)	8.770	-	8.770	8.321
Total	441.076	116.245	(25.518)	531.803	(116.369)	415.434	336.068

A Chesf, em atendimento ao disposto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001, adota o procedimento de classificar as causas intentadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de contribuições à Fachesf, em regime de solidariedade, e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de resarcimento de créditos (Pis/Pasep-Cofins) e outros tributos singulares.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

I) Destacam-se as seguintes ações com *risco de perda provável*:

- a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. Em 31/12/2008 aguardava-se o julgamento do referido agravo.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas réis foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31/03/2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30/06/2005 os referidos recursos se encontravam *sub judice* nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31/03/2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro/1998, as réis apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as réis apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30/09/2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31/12/2008 é de R\$ 357.067 mil, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31/12/2007, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual, com audiência para debates sobre o laudo pericial prevista para 19/02/2008.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, tendo em vista a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó, interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30/09/2008, encontrava-se *sub judice* no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31/12/2008, aguardava-se o julgamento do referido agravo.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

- b) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso – BA, de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7,5 milhões. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução tendo sido pagos R\$ 3,7 milhões a uma significante parte dos empregados. Resta uma expectativa de pagamento de R\$ 3,8 milhões. Em 31/12/2008, a situação permanecia inalterada, aguardando a sentença de liquidação.
- c) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza – CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – SINDELETRO, pretende o resarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6,0 milhões. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23/08/2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1,3 milhão. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE, tendo a sentença transitado em julgado. Em 31/12/2008, aguardava-se julgamento do Agravo de Instrumento em Agravo de Petição dos Reclamantes, na execução em processamento.
- d) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife – PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4,0 milhões. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia. Em 30/06/2008, havia sido concluída a perícia tendo o judiciário apurado o valor de R\$ 3,3 milhões. Pelos cálculos dos

consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2,9 milhões, cuja diferença será objeto de impugnação em embargos de execução. Em 31/12/2008, a situação permanecia inalterada.

- e) Ação de Indenização de 14.400 ha de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50 milhões, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31/12/2008, a Chesf havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia.

- II) A Companhia possui ações não provisionadas com *risco de perda possível*, conforme distribuição a seguir:

Contingências	2008	2007
Trabalhistas	87.965	23.106
Cíveis e fiscais	250.292	268.003
Total	338.257	291.109

Dentre essas destacam-se as seguintes:

- a) 02(duas) ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08/06/1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31/05/2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17/10/2005. Atualmente, os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolatação da sentença. Em 31/12/2008, a situação permanecia inalterada.

- b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100 milhões, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe (processo nº 20028500002809-6), tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27/06/2002, e contestada no prazo legal. Após uma seqüência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31/08/2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30/09/2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31/12/2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA e ADEMA-SE) já haviam sido citados. Em 12/09/2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: “Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar”. Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31/03/2008.

Em 13/06/2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31/12/2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19/02/2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19/02/2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo.

- c) Na comarca de Brejo Grande/SE, há também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100 milhões com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro/2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31/03/2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30/06/2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30/09/2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31/12/2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo IBAMA.

Conforme avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa de perda dessas ações (itens b e c) é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

III) Com risco de perda remoto destaca-se a seguinte ação:

Apesar de ser considerada pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando resarcimento financeiro.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “*não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica*”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a Chesf pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 8 de março de 2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo Perito Oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente.

Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A Chesf e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, através de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela Chesf, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer *jus* a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. Em 31/12/2008, a União Federal, a Chesf e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela Chesf, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são *remotos*.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

• Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 4.196.306 mil, é constituído por ações sem valor nominal, com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobrás	40.478	100,000	1.002	81,331	41.480	99,449
Ministério da Fazenda	-	-	194	15,747	194	0,465
Finor	-	-	13	1,055	13	0,031
Outros	-	-	23	1,867	23	0,055
	40.478	100,000	1.232	100,000	41.710	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

• Reservas de Capital

	2008	2007
Ágio na emissão de ações	-	769.028
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	1.691.475
Correção monetária do ativo imobilizado	-	196.343
	4.916.199	7.416.199

• Reservas de Lucros

	2008	2007
Legal	319.916	265.214
Estatutárias	8.179	8.179
Lucros a realizar	485.069	506.021
Incentivos fiscais	343.251	-
Retenção de lucros	2.209.834	1.679.689
	3.366.249	2.459.103

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Lucros a Realizar, decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores ao de 1995, é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do Ativo Imobilizado, integrando a base de cálculo da remuneração aos acionistas.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Foi revogada na Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182 - que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital - e incluído o artigo 195-A que possibilita à assembléia geral, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A Reserva de Retenção de Lucros, prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, é constituída de parcelas do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia. Foi destinado a esta reserva, no exercício, o montante de R\$ 530.145 mil, com base no orçamento de capital da Companhia, aprovado pela Lei nº 11.897, de 30/12/2008, que prevê investimentos de R\$ 1.000.199 mil para o ano de 2009, com as seguintes principais aplicações:

Descrição	Dotação Orçamentária
Manutenção do Sistema de Geração	101.866
Estudos para a Expansão da Geração	15.160
Ciclo Combinado da UTE Camaçari	1.724
Total Geração	118.750
Reassentamento UHE Itaparica	161.042
Total Itaparica	161.042
Ampliação do Sistema de Transmissão Nordeste	238.535
Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão	265.871
Manutenção do Sistema de Transmissão (Benfeitorias)	116.685
Total Transmissão	621.091
Infraestrutura - Bens Imóveis	16.254
Infraestrutura - Equipamentos/Veículos/Móveis	33.845
Infraestrutura – Informática/Teleprocessamento/Informação	49.217
Total Infraestrutura	99.316
Total Geral	1.000.199

21 - FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A receita da Companhia é, substancialmente, proveniente da venda de energia elétrica e da disponibilização do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, pelas transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e por contratos do sistema de transmissão.

Sua composição é a seguinte:

	2008			2007		
	Nº de Clientes	GWh	R\$ mil	Nº de Clientes	GWh	R\$ mil
Fornecimento industrial	25	9.065	752.897	20	8.213	622.417
Suprimento de energia (*)	54	41.627	3.670.250	53	41.383	2.950.647
Disp. do sist. de transmissão	167	-	1.208.308	155	-	1.123.832
Total		50.692	5.631.455		49.596	4.696.896

(*) Inclui operações de curto prazo (CCEE), no valor de R\$ 786.796 mil (R\$ 400.292 mil, em 2007).

22 – ENCARGOS REGULATÓRIOS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos regulatórios, que totalizaram R\$ 502.724 mil, com a seguinte composição:

	2008	2007
Reserva Global de Reversão – RGR	144.382	122.005
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	48.260	40.215
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	79.180	106.637
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	18.994	17.601
Programa de Inc. às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	25.281	19.594
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	21.833	15.654
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	164.794	222.707
	502.724	544.413

23 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	2008	2007		
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	43.236	-	43.236	173
Encargos de uso da rede elétrica	665.257	-	665.257	614.469
Pessoal	205.858	333.142	539.000	471.662
Material	11.379	15.592	26.971	30.655
Combustíveis para a produção de energia	335.281	-	335.281	37.020
Serviço de terceiros	47.381	85.804	133.185	129.262
Depreciação e amortização	546.465	56.938	603.403	594.478
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	164.794	-	164.794	222.707
Arrendamentos e aluguéis	5.499	13.491	18.990	19.362
Provisões para contingências	-	89.714	89.714	58.988
Tributos	136	4.593	4.729	3.845
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	(199.798)	(199.798)	96.566
Perdas com Energia livre	-	210.940	210.940	185.839
Outros	(36.901)	12.134	(24.767)	(12.856)
Total	1.988.385	622.550	2.610.935	2.452.170

24 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da contribuição social e da provisão para o imposto de renda, é demonstrada a seguir:

	2008	
	Contribuição Social	Imposto de Renda
Lucro antes da Contribuição social e do Imposto de renda	1.702.619	1.702.619
Encargo total da Contribuição social e do Imposto de renda calculado com base nas alíquotas de 9% e 15%, mais adicional, respectivamente.	153.236	425.631
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	(6.954)	(23.986)
Contribuição social e Imposto de renda do exercício	146.282	401.645

25 – INCENTIVO FISCAL – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf obteve, em 2008, a concessão do direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2008 a 2017.

Em outubro de 2007 foi protocolado na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o projeto com o pedido para expedição dos respectivos Laudos Constitutivos das instalações da Companhia, os quais foram emitidos por aquela Superintendência em maio de 2008.

Em agosto do mesmo ano, com base nos Laudos Constitutivos, foi protocolado na Receita Federal do Brasil o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, obtendo-se a sua aprovação em dezembro de 2008.

Também no ano de 2008 a Chesf protocolou na SUDENE projeto requerendo o incentivo do Reinvestimento previsto no art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 2001, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001. Este projeto foi aprovado pela SUDENE em novembro de 2008.

Os incentivos fiscais acima mencionados totalizaram R\$ 343.251 mil, em 2008, com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

26 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho e observadas as disposições legais, a Companhia contabilizou o montante de R\$ 60.652 mil destinado à participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício, a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária – AGO.

27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Embora o estatuto social da Companhia estabeleça uma distribuição de 25% do resultado líquido apurado em cada exercício social ajustado na forma da Lei, como dividendos mínimos obrigatórios, está sendo proposta, para o exercício, a seguinte distribuição:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	1.437.291	652.630
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	(343.251)	-
Constituição da Reserva legal	(54.702)	(32.631)
Realização da Reserva de lucros a realizar	20.952	22.399
Lucro líquido ajustado – base de cálculo da remuneração	1.060.290	642.398
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	265.073	160.600
Remuneração proposta:		
Dividendos	530.145	240.000
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007	14.730	-
Remuneração líquida	544.875	240.000
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	51,4%	37,4%
Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)	13,06	5,75

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembléia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data do pagamento, com base na variação da taxa SELIC.

28 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	2008			2007		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobrás	Contas a receber	494	-	-	379	-	-
	Empréstimos	-	3.401.005	-	-	4.211.241	-
	Contas a pagar	-	31	-	-	332	-
	Despesa financeira	-	-	(485.198)	-	-	(487.375)
	JCP/Dividendos	-	541.874	(8.195)	-	238.678	(7.065)
		494	3.942.910	(493.393)	379	4.450.251	(494.440)
Furnas	Cons., conc. e permissionárias	4.933	-	-	4.724	-	-
	Fornecedores	-	14.327	-	-	12.362	-
	Receita de uso da rede	-	-	43.601	-	-	42.213
	Encargo de uso da rede	-	-	(117.700)	-	-	(121.577)
	JCP/Dividendos	-	12	-	-	5	-
		4.933	14.339	(74.099)	4.724	12.367	(79.364)
Eletrosul	Contas a receber	18	-	-	34	-	-
	Fornecedores	-	6.196	-	-	5.749	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(55.048)	-	-	(50.637)
		18	6.196	(55.048)	34	5.749	(50.637)
Eletronorte	Cons., conc. e permissionárias	6.737	-	-	6.364	-	-
	Fornecedores	-	6.804	-	-	6.429	-
	Contas a receber	5	-	-	11	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	59.546	-	-	57.338
	Encargo de uso da rede	-	-	(61.320)	-	-	(55.889)
		6.742	6.804	(1.774)	6.375	6.429	1.449
Eletronuclear	Cons., conc. e permissionárias	570	-	-	538	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	5.034	-	-	4.847
	JCP/Dividendos	-	7	-	-	3	-
		570	7	5.034	538	3	4.847
CGTEE	Cons., conc. e permissionárias	89	-	-	70	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	787	-	-	632
		89	-	787	70	-	632
Eletropar	Contas a receber	14.693	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	(13.237)	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	5.279	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	1.456	-	-	1.456	-
		6.735	1.456	-	6.735	1.456	-
Ceal	Cons., conc. e permissionárias	18.547	-	-	12.118	-	-
	Contas a receber	11	-	-	-	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	9.558	-	-	7.475
		18.558	-	9.558	12.118	-	7.475
Cepisa	Cons., conc. e permissionárias	142.738	-	-	138.969	-	-
	Receita de uso da rede	-	-	14.071	-	-	11.869
		142.738	-	14.071	138.969	-	11.869
STN	Partic. societária permanente	112.780	-	-	97.020	-	-
	JCP/Dividendos a receber	9.831	-	-	2.888	-	-
	Fornecedores	-	1.069	-	-	1.029	-
	Receita de prestação serviços	-	-	1.920	-	-	1.775
	Receita de JCP/ Dividendos	-	-	6.444	-	-	2.888
	Receita de equiv. patrimonial	-	-	15.605	-	-	-
	Encargo de uso da rede	-	-	(9.666)	-	-	(9.076)
		122.611	1.069	14.303	99.908	1.029	(4.413)

Intesa	Partic. societária permanente	22.893	-	-	18.000	-	-
	JCP/Dividendos a receber	57	-	-	-	-	-
	Receita de equiv. patrimonial	-	-	862	-	-	-
		22.950	-	862	18.000	-	-
Energética Águas da Pedra	Partic. societária permanente	61.985	-	-	31.790	-	-
		61.985	-	-	31.790	-	-
Energia Sustentável do Brasil	Partic. societária permanente	50.002	-	-	-	-	-
		50.002	-	-	-	-	-
Fachesf	Fornecedores	-	3.856	-	-	6.938	-
	Contribuição normal	-	6.784	-	-	5.893	-
	Contratos atuarias	-	398.820	-	-	524.687	-
	Despesa financeira	-	-	(299)	-	-	-
	Despesas operacionais	-	-	(33.689)	-	-	(28.857)
Cepel	Despesas operacionais	-	409.460	(33.988)	-	537.518	(28.857)
		-	-	(9.010)	-	-	8.622
		-	-	(9.010)	-	-	8.622

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

ELETROBRÁS

- Contratos de empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 16.
- Remuneração pelo capital investido.

FURNAS

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

ELETROSUL

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

ELETRONORTE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

ELETRONUCLEAR

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

ELETROPAR

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

CEAL

- Contratos celebrados para o fornecimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

CEPISA

- Contratos celebrados para o fornecimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

STN

- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa;
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido na empresa.

INTESA

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.
- Direitos obtidos como forma de remuneração pelo capital investido na empresa.

ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.

- Montante investido na participação societária para integralização do capital social da empresa.

FACHESF

- Compromissos atuariais referentes à previdência complementar.
- Contrato de aluguel dos prédios sede e anexo da Companhia
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

CEPEL

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Além das empresas acima relacionadas, a Companhia também mantém relacionamento com as empresas a seguir, sem transações no exercício.

- MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.
- COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE
- MANAUS ENERGIA S.A.

29 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Na Companhia, os principais instrumentos financeiros são os seguintes:

ATIVO

- Aplicações no mercado aberto

Os valores de tais instrumentos representam os de mercado, devido a seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO

- Empréstimos e financiamentos

Estas operações de crédito no País e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2008, nos mercados interno e externo, e os contratos de mútuo com a nossa controladora, a Eletrobrás, que representam cerca de 90% do total da dívida da Companhia, dos quais 89% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 10% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobrás é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

- Risco cambial

Do total da dívida da Companhia, em 31/12/2008, R\$ 264.026 mil - 7% dessa dívida - são representados por moedas estrangeiras, compostas por US\$ 88.947 mil (basicamente repasses da Eletrobrás) e por Eur 17.343 mil (saldos dos financiamentos destinados à UHE Xingó), estando a Companhia, consequentemente, exposta ao risco cambial do Real frente a essas moedas, que, no exercício, registraram crescimento de 31,94% e 24,13%, respectivamente.

30 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	2008			2007 (Reclassificado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de energia elétrica	752.897	-	752.897	622.417	-	622.417
Suprimento de energia elétrica	2.883.454	-	2.883.454	2.550.355	-	2.550.355
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.208.308	1.208.308	-	1.123.832	1.123.832
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	786.796	-	786.796	400.292	-	400.292
Outras receitas operacionais	2.527	6.385	8.912	2.472	6.068	8.540
	4.425.674	1.214.693	5.640.367	3.575.536	1.129.900	4.705.436
Deduções da receita operacional						
Reserva Global de Reversão – RGR	(116.415)	(27.967)	(144.382)	(92.697)	(29.308)	(122.005)
ICMS sobre energia elétrica	(90.941)	-	(90.941)	(77.237)	-	(77.237)
Imposto Sobre Serviços – ISS	(113)	(291)	(404)	(130)	(337)	(467)
Pesquisa e Desenvolvimento	(37.970)	(10.290)	(48.260)	(30.660)	(9.555)	(40.215)
Conta de Consumo de Comb. Fósseis - CCC	-	(79.180)	(79.180)	-	(106.637)	(106.637)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(18.994)	(18.994)	-	(17.601)	(17.601)
PROINFA	-	(25.281)	(25.281)	-	(19.594)	(19.594)
PIS/PASEP	(63.212)	(9.302)	(72.514)	(53.432)	(7.367)	(60.799)
COFINS	(291.222)	(42.889)	(334.111)	(246.152)	(33.976)	(280.128)
	(599.873)	(214.194)	(814.067)	(500.308)	(224.375)	(724.683)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.825.801	1.000.499	4.826.300	3.075.228	905.525	3.980.753
CUSTO DO SERVICO DE ENERGIA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(43.236)	-	(43.236)	(173)	-	(173)
Encargos de uso da rede elétrica	(665.257)	-	(665.257)	(614.469)	-	(614.469)
Custo de operação						
Pessoal	(56.715)	(148.636)	(205.351)	(48.717)	(124.906)	(173.623)
Material	(4.319)	(7.039)	(11.358)	(4.479)	(9.049)	(13.528)
Combustíveis para a produção de energia	(335.281)	-	(335.281)	(37.020)	-	(37.020)
Serviço de terceiros	(14.818)	(32.563)	(47.381)	(16.840)	(31.401)	(48.241)
Comp. fin. p/utilização de recursos hídricos	(164.794)	-	(164.794)	(222.707)	-	(222.707)
Depreciação e amortização	(349.388)	(197.077)	(546.465)	(353.266)	(189.184)	(542.450)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(13.434)	(8.399)	(21.833)	(8.192)	(7.462)	(15.654)
Outras	55.596	(2.633)	52.963	48.018	2.669	50.687
	(1.591.646)	(396.347)	(1.987.993)	(1.257.845)	(359.333)	(1.617.178)
CUSTO DO SERV. PREST. A TERCEIROS	136	(528)	(392)	(478)	(3.387)	(3.865)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.234.291	603.624	2.837.915	1.816.905	542.805	2.359.710
DESPESAS OPERACIONAIS	(204.758)	(417.792)	(622.550)	(461.078)	(370.049)	(831.127)
RESULTADO DO SERVIÇO	2.029.533	185.832	2.215.365	1.355.827	172.756	1.528.583
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	59.738	17.116	76.854	21.364	5.873	27.237
V.monet. e acrésc. moratórios - energia vendida	65.269	5.003	70.272	108.232	1.002	109.234
Outras variações monetárias ativas	631	1.861	2.492	224	547	771
Outras receitas financeiras	20.524	9.441	29.965	10.877	5.577	16.454
Pis/Pasep e Cofins	(452)	(156)	(608)	(10)	(4)	(14)
Encargos de dívidas	(430.321)	(57.348)	(487.669)	(504.141)	(69.530)	(573.671)
V. monetárias s/empréstimos e financiamentos	(79.546)	(3.817)	(83.363)	15.000	1.749	16.749
Outras variações monetárias passivas	(14.076)	(34.813)	(48.889)	(12.165)	(29.137)	(41.302)
Outras despesas financeiras	(12.907)	(11.126)	(24.033)	(17.488)	(24.578)	(42.066)
	(391.140)	(73.839)	(464.979)	(378.107)	(108.501)	(486.608)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)						
Receitas	270	1.420	1.690	-	-	-
Despesas	(18.442)	(31.015)	(49.457)	-	-	-
	(18.172)	(29.595)	(47.767)	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	1.620.221	82.398	1.702.619	977.720	64.255	1.041.975
Receita não operacional	-	-	-	379	2.913	3.292
Despesa não operacional	-	-	-	(3.087)	(6.330)	(9.417)
Resultado não operacional	-	-	-	(2.708)	(3.417)	(6.125)
Lucro antes da CSLL e do IRPJ	1.620.221	82.398	1.702.619	975.012	60.838	1.035.850
Contribuição social	(142.650)	(3.632)	(146.282)	(89.318)	737	(88.581)
Imposto de renda	(394.923)	(6.722)	(401.645)	(229.405)	(11.227)	(240.632)
Incentivos Fiscais	326.640	16.611	343.251	-	-	-
Lucro antes das participações	1.409.288	88.655	1.497.943	656.289	50.348	706.637
Participação nos lucros ou resultados	(17.221)	(43.431)	(60.652)	(14.561)	(39.446)	(54.007)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.392.067	45.224	1.437.291	641.728	10.902	652.630
Lucro líquido por ação (R\$)	-	-	34,46	-	-	15,65

31 - SEGUROS

Conforme contrato firmado com a Bradesco Auto/RE – Cia. de Seguros, com prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 30/04/2005, os principais ativos da Companhia, tais como, imobilizações em serviço e almoxarifado, estão segurados por apólices anuais, no montante global de R\$ 3.445.453 mil, tendo a apólice atual vigência de 30/04/2008 a 30/04/2009. A especificação, por modalidade de risco, está demonstrada a seguir:

<u>Apólices</u>	<u>Importâncias Seguradas</u>	<u>Prêmios Anuais</u>
- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos Eletrônicos	3.433.512	6.842
- Riscos Aeronáuticos	11.941	407
	3.445.453	7.249

Na importância segurada, relativa ao seguro aeronáutico, estão incluídos R\$ 1.605 mil de responsabilidade civil.

Além dessas importâncias seguradas, a Companhia mantém apólices de seguros para garantir a movimentação de materiais, por intermédio de seguro de transporte nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais e marítimo e aéreo internacionais, com vigência contratual de maio de 2008 a maio de 2009, mensalmente endossadas, e com importâncias seguradas, averbadas até 31/12/2008, no total de R\$ 72.409 mil, com prêmios no montante de R\$ 166 mil.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contemplados as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

32 - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE, VARIAÇÃO DE ITENS DA “PARCELA A” E REPASSE DE ENERGIA LIVRE.

1. Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita e Energia Livre.

ITENS	NÚMERO DO INSTRUMENTO DE HOMOLOGAÇÃO	VALOR HOMOLOGADO (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2008 (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2008 (3)	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2008 (4) = (1 + 2 - 3)
Perda de Receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04.	40.674	8.898	49.572	-
Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04.	77.303	37.144	114.447	-
Totais		117.977	46.042	164.019	-

2. Composição da Variação de Itens da “Parcela A” (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) homologado pela ANEEL.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES NºS 482/02 E 001/04	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2008	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2008	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2008	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2008
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) - (4)
“Parcela A” (período de 01/01 a 25/10/2001)	21.827	34.682	56.509	56.509	-

3. Composição dos saldos dos valores homologados pela ANEEL, representativos do Repasse de Energia Livre, que se referem à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nº 001/04 E 045/04	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2008	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2008	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2008	REDUÇÃO DE TRIBUTOS E ENCARGOS OFÍCIO Nº 2.409/2007-SFF/ANEEL	SALDO REPASSADO A MAIOR ATÉ 31/12/2008
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3)-(4)-(5)
Repasso de Energia Livre	77.303	36.976	114.279	110.267	6.871	(2.859)

Em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, a Companhia registrou em sua contabilidade estorno dos valores referentes aos tributos e encargos regulatórios, cujo ônus financeiro foi imputado às Concessionárias de Geração e que não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos da Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL. Como os prazos de repasse haviam sido concluídos e todos os valores repassados, com tal registro verifica-se a ocorrência de pagamento a maior, no valor de R\$ 2.859 mil, a receber de tais concessionárias.

No âmbito do referido Acordo Geral do Setor Elétrico, firmado entre as Geradoras e as Distribuidoras em 18/12/2001, a Companhia recebeu, neste exercício, o montante de R\$ 33.148 mil, correspondente ao Ressarcimento de Energia Livre.

Por outro lado, a Companhia, em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, registrou baixas do contas a receber de Energia Livre não faturado pelas Distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, no montante de R\$ 396.779 mil, assim como, o estorno dos custos tributários e encargos regulatórios por ela suportados, deduzidos pelas Concessionárias de Distribuição dos repasses financeiros de Energia Livre, cujos valores não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos na Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL, no montante de R\$ 13.689 mil, ficando com o seu contas a receber de Energia Livre, por devedor, demonstrado conforme a seguir:

Saldos a receber	31/12/2008
Empresa	Valor (R\$ mil)
AMPLA (CERJ)	11.837
CEPISA	9
COELCE	1
COSERN	8.556
CSPE – SUL PAULISTA	535
Total bruto a receber	20.938
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.730)
Total líquido a receber	15.208
Circulante	5.756
Não Circulante	9.452

Considerando que as empresas Distribuidoras têm prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE de consumidores e repassar os valores devidos às empresas geradoras, a Companhia, após a adequação do contas a receber de Energia Livre às determinações estabelecidas no citado ofício, elaborou novo estudo de modo a encontrar a parcela do contas a receber não-realizável, em função do término dos prazos da RTE das Distribuidoras. Com isso, foi estimada em R\$ 5.730 mil a provisão para perdas na realização desses créditos em 31 de dezembro de 2008.

Neste exercício, considerando o encerramento desses prazos, foi realizada baixa pela perda de tais contas a receber, no montante de R\$ 210.940 mil, com a reversão da correspondente provisão anteriormente constituída, no valor de R\$ 200.153 mil.

Diante da interpretação dada pela ANEEL, quanto à não-realização do contas a receber de Energia Livre, impondo perdas substanciais às Geradoras, a Companhia, em conjunto com as demais empresas do Sistema ELETROBRÁS, está envidando esforços junto aos órgãos e instâncias competentes, no sentido de preservar os seus direitos previstos no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Ações Judiciais relativas às contabilizações de energia de curto prazo do período de setembro/2000 a dezembro/2002

Estão em andamento ações judiciais movidas contra a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referentes às contabilizações de energia de curto prazo, correspondentes ao período de setembro/2000 a dezembro/2002, procedidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Como parte do processo, a Companhia poderá vir a ser solicitada a arcar com o montante de R\$ 285.923 mil, em valores históricos. Entretanto, de acordo com a avaliação dos seus consultores jurídicos, o risco de perda para a Companhia nesse processo está classificado como “possível”, não cabendo, portanto, provisionamento contábil.

33 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.465 mil (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	2008							2007		
	Geração				Transmissão			Geração	Transm.	
	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(50.035)	6.823	-	-	-	-	7.960	-
Terrenos	10	2.958	-	2.958	4	223	-	223	2.958	223
Edificações	223	1.688	(1.688)	-	2	13	(11)	2	-	3
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(2.139)	3.062	-	-	-	-	3.270	-
Aeroporto de Guadalupe-PI	1	926	(926)	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(508)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	3	90	(76)	14	-	18
Total	237	68.139	(55.296)	12.843	9	326	(87)	239	14.188	244

34 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2008 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 24.668,60 e R\$ 1.067,00, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 28.186,40. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

35 – RECEITAS – CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO

A Receita Anual Permitida - RAP está definida na Cláusula Primeira item XIV do Contrato de Concessão a qual se refere à receita autorizada pela ANEEL, mediante resolução, pela disponibilização das instalações do Sistema de Transmissão relacionadas nesse Contrato de Concessão. A Receita Anual Permitida da Transmissora é composta pela RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) mais a RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões). A RPB ainda está subdividida em RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicadas na Resolução ANEEL nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes à época), mais RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo IGP-M. Após a Primeira Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica ocorrida em julho de 2007, a RBNI não terá seus valores diminuídos pela metade após o 15º ano da entrada em operação, conforme estabelecido nas autorizações emitidas pela ANEEL na época. Para novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada 4 anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

36 – MEIO AMBIENTE

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	Aplicação		Total
	Imobilizado	Resultado	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	6.806	3.869	10.675
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	818	1.871	2.689
Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	66	66
Educação ambiental para a comunidade	-	1.240	1.240
Outros projetos ambientais	685	56	741
Total	8.309	7.102	15.411

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas aos públicos interno e seus prestadores de serviços.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com meio ambiente, no montante de R\$ 53.011 mil, com previsão de desembolso de R\$ 33.956 mil, para o exercício de 2009, e R\$ 19.055 mil a partir de 2010.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ubirajara Rocha Meira
Presidente

Dilton da Conti Oliveira
Conselheiro

Swedenberger do Nascimento Barbosa
Conselheiro

Altino Ventura Filho
Conselheiro

Erenice Alves Guerra
Conselheira

Marcelo Viana Estevão de Moraes
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Sonia Regina Jung
Conselheira

Antônio Carlos Pinho de Argôlo
Conselheiro

DIRETORIA

Dilton da Conti Oliveira
Diretor-Presidente

Marcos José Mota de Cerqueira
Diretor Econômico-Financeiro

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação e
Diretor Administrativo Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

José Ivan Pereira Filho
Superintendente
CRC-PE-007552/O-6 – Contador

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Hidro Elétrica de São Francisco - CHESF

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco - CHESF, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco - CHESF, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco - CHESF referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado

de 1º. de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/2007 e da Medida Provisória nº. 449/2008, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Recife, 27 de fevereiro de 2009.

RSM BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-PE

Toshio Nishioka
Contador-CRC-SP-104.690/O-S-PE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31/12/2008, à vista do Parecer dos Auditores Independentes, RSM Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, emitido em 27/02/2009, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições a serem encaminhadas à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas:

1. Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício; e
2. Proposta do Orçamento de Capital.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que **os referidos documentos societários refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, **a situação patrimonial, financeira e de gestão** da Companhia Hidro Elétrico do São Francisco – Chesf.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se **favorável à submissão da proposta de destinação do lucro líquido do exercício e do orçamento de capital** à Assembléia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 23 de março de 2009.

*Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente*

Sonia Regina Jung

Antonio Carlos Pinho de Argôlo